

O Timor Português na Política Externa de Suharto: o Regresso ao Status Quo Ante, 1965-1974

■ Dados curriculares e biográficos

Moisés Silva Fernandes é investigador associado sénior do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Dedica-se ao estudo de Timor nas relações luso-austral-indonésias, de Macau nas relações luso-chinesas e da política externa portuguesa contemporânea. As suas mais recentes publicações incluem o livro *Sinopse de Macau nas Relações Luso-Chinesas, 1945-1995*, Lisboa, Fundação Oriente, 2000, e vários trabalhos editados em revistas e actas académicas.

■ Palavras-chave

Mudança de regimes políticos; política externa da Indonésia; *status quo ante*; Timor Português.

■ Resumo

Com a ascensão ao poder de Suharto na sequência do violento golpe de Estado de 1965 as relações indonésio-portuguesas, que tinham entrado num período de crispação mitigada desde a criação do eixo Jacarta-Pequim, em 1963, entraram numa fase diferente. Assistiu-se a uma crescente aproximação e cooperação entre os governos centrais da Indonésia e de Portugal, por um lado, e entre as administrações de Kupang e Díli, por outro. Este novo ambiente, que se foi solidificando gradualmente, representou uma significativa ruptura com a declaração de Sukarno a exortar à libertação do Timor Português, de 17 de Agosto de 1965.

■ Abstract

With Suharto's accession to power after the 1965 violent *coup d'état* Indonesian-Portuguese relations, which had been under a certain mitigated strain since the establishment of the Jakarta-Beijing axis in 1963, entered a new phase. There was a growing *rapprochement* and cooperation between Indonesia and Portugal, on one hand, and between Kupang and Díli, on the other. This new *milieu*, which became gradually more solid, represented a significant departure from Sukarno's appeal for the liberation of Portuguese Timor, of 17 August 1965.

■ Agradecimentos

Gostaria de agradecer à Dr.^a Maria Isabel Fevereiro, directora do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHDMNE); à Dr.^a Maria de Lurdes Henriques, do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT); à Prof.^a Dr.^a Ana Canas, directora do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU); às Dras. Helena Grego e Cristina Matias, da Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa; à Dr.^a Paula Costa, responsável pela Biblioteca do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS/UL); e, aos funcionários da Hemeroteca Municipal de Lisboa (HML) pelo apoio e pela prontidão manifestada no atendimento dos múltiplos pedidos solicitados durante a investigação para este trabalho.

Intróito Num acto de desespero político, no discurso que proferiu nas comemorações do 17.º aniversário da independência da Indonésia, que decorreu no dia 17 de Agosto de 1965, em Jacarta, o presidente Ahmed Sukarno exortou pela primeira vez à “libertação do Timor Português”, para além de reiterar o seu tradicional apoio formal à independência das colónias portuguesas em África. Esta declaração era completamente contrária às suas próprias afirmações públicas sobre a questão do Timor Português e à posição oficial do seu governo que foi sempre no sentido de reconhecer a “soberania” portuguesa sobre aquela antiga colónia e de não a reivindicar formalmente usando como pretexto o facto de esta nunca ter integrado as Índias Orientais Neerlandesas. No fundo, esta afirmação representava o auge do eixo Jacarta-Pequim, que vigorou entre 1963 e 1965. Com o derrube do carismático chefe político javanês umas semanas depois, num sangrento golpe militar (Cribb, 1990; Fernandes, 2001, pp. 35-36), o apelo relativamente à maior colónia portuguesa na Ásia¹ foi abandonado e o novo regime do general Suharto regressou ao status quo ante.

¹ O Timor Português era o maior território asiático sob administração portuguesa no período em consideração. Em termos de superfície cobria 14.925 Kms², enquanto Macau abrangia uns meros 16 Kms² (Portugal, 1970, p. 3). Por outro lado, em termos demográficos contava com 610.541 habitantes, enquanto Macau com 248.316 (Ibid., p. 11). Ambos os territórios eram resquícios da primeira fase do império português, que se centrou na Ásia.

Os objectivos deste estudo são fundamentalmente três. Primeiro, proceder ao seu enquadramento teórico, metodológico e temporal. Segundo, apresentar o contexto do ambiente político que se viveu nas relações indonésio-portuguesas após o golpe militar – nomeadamente, a inquietude com que foi encarada pelas autoridades governamentais em Díli e em Lisboa o regime da *Orde baru* (Nova Ordem). Terceiro, analisar os quatro factores subjacentes à alteração do comportamento dos novos decisores político-militares javaneses.

Enquadramento teórico, metodológico e temporal Do ponto de vista teórico, será que a mudança de regime político contribui para a alteração da sua política externa? De acordo com o trabalho pioneiro de Salmore “*the leaders of nations opt for war or peace, trade relations, détente, and other actions not so much because of their intrinsic worth, but largely in terms of how they will affect the regime’s political fortunes*” (Salmore, 1978, p. 103). Esta situação assume uma importância decisiva quando o novo regime necessita de recorrer a apoios externos para se consolidar no poder e “*the less the old and new regimes have in common, the more likely there is to be change in policy*” (Ibid., p. 110).

Na realidade, tanto Sukarno como Suharto encarnaram projectos bem distintos para o seu país. O primeiro privilegiava uma atitude conflituosa em relação ao Ocidente, em geral, e aos Países Baixos e à Malásia, na região, e alinhamentos ambíguos com os países afro-asiáticos e não-alinhados, especialmente no primeiro quinquénio da década de 1960 (Mozingo, 1976, pp. 184-244; Fernandes, 2001, pp. 30-35; Fernandes, 2005c, pp. 109-149). Suharto, por seu turno, mudou de atitude, alinhando-se com o Ocidente, cessando os conflitos na região e prestando uma diminuta importância ao ideário e aos apelos dos movimentos dos países afro-asiáticos e dos não-alinhados.

Esta última atitude contribuiu para que um dos principais pensadores da política externa de Salazar, Henrique Martins de Carvalho, observasse que a Indonésia se limitava a “reivindicar os territórios administrados pelos Países Baixos – país ao qual se sucedeu – e estes não tinham soberania sobre o Timor português” (Carvalho, 1969?, p. 168). Ora, esta conjuntura era coadjuvada pelo facto de o território não constituir um “risco militar” para Jacarta e pelo “especial interesse para os contactos culturais e económicos entre o Oriente e o Ocidente” (Ibid.). Por esta razão, o governo indonésio poderia auferir “benefícios” da “presença amiga” e da “vizinhança com Portugal” (Ibid., p. 169).

Por outro lado, o novo regime indonésio poderia maximizar os proveitos provenientes da atitude “essencialmente defensiva” (Fragoso, 1996, p. 5) da política externa portuguesa². Ou seja, tentar rentabilizar a fraqueza inerente à incipiente presença portuguesa na região para reforçar a sua hegemonia em Timor-Díli.

Do ponto de vista metodológico não recorremos a entrevistas, como é típico em trabalhos desta natureza, mas sim aos arquivos portugueses e australianos, assim como a trabalhos provenientes de várias disciplinas das ciências sociais, para tentarmos compreender a evolução das relações indonésio-portuguesas. Não consultámos os arquivos da Indonésia sobre o período pós-colonial, pois estão vedados à consulta pública, atendendo a que existem substanciais divergências políticas internas sobre o passado recente do país. Embora o recurso a arquivos públicos para tentar entender o passado recente seja objecto de sérias críticas, por parte de académicos que privilegiam as fontes orais (Way, 2000, p. 3), decidimos, porém, percorrer este caminho porque é o mais eficiente, eficaz e adequado para obtermos uma visão mais integrada, ponderada e equilibrada relativamente a este período crucial das relações indonésio-portuguesas.

Em termos temporais, este trabalho centra-se sobre o período entre dois golpes de Estado, um na Indonésia, em 1965, e outro em Portugal, cerca de oito anos depois. Decidimos iniciar este estudo logo após o golpe militar em Jacarta, porque representou de facto uma ruptura significativa com o comportamento do regime de Sukarno em relação ao Timor Português, e encerramo-lo um pouco antes do 25 de Abril de 1974 em Portugal, porque marcou um rompimento drástico no relacionamento bilateral e na atitude dos decisores políticos da Indonésia para com o estatuto tradicional do Timor Português na região.

A apreensão portuguesa em relação ao novo regime indonésio A mudança de regime em Jacarta traduziu-se numa considerável ansiedade no Timor Português e entre os decisores políticos portugueses em Lisboa. Entre os últimos, esta derivava essencialmente do facto de que estavam conscientes que Timor era “indefensável” militarmente

² Para o embaixador José Manuel Fragoso a atitude “essencialmente defensiva” da política externa portuguesa sustentava as suas três grandes “coordenadas” ou orientações gerais. Primeira, a defesa contra a unidade peninsular e europeia (Fragoso, 1966, pp. 5-6). Segundo, a manutenção do cobiçado império português (Ibid., p. 6). Terceiro, a sua postura de colaboração e de negociação na cena internacional (Ibid., p. 7), que se traduzia no terreno por uma política de “boa vizinhança” com os Estados limítrofes (Ibid., p. 52).

(Nogueira, 1987 [1986], p. 113)³ ou que tinha uma diminuta importância militar, em termos endógenos, ou um peso relativo, em termos exógenos (Simões, 1968?, p. 364). Neste âmbito, para se acautelar contra eventuais ímpetus expansionistas ou surpresas político-militares, a administração colonial portuguesa de Timor empenhou-se na obtenção de informações acerca das intenções das novas autoridades em relação ao colonialismo e ao imperialismo. A leitura literal, baseada em declarações oficiais javanesas, foi de que iria ser mantido o mesmo rumo, o que suscitou uma grande inquietação política em Díli e Lisboa. Uma leitura um pouco mais optimista foi feita pelo cientista social americano Willard A. Hanna, quando visitou Timor em Março de 1966. Na sua opinião, “[i]n a region and an era, however, in which all signposts are obscured and all roads are rocky, the Portuguese-Timorese joint endeavor may not be among the least fit to succeed. In any event – at least until Indonesia chooses to unleash its potent weapon of ‘confrontation’ against it – Portuguese Timor enjoys the very real advantage of remoteness from the outside world’s attention and advice” (p. 1).

A primeira percepção foi confirmada pelos incidentes na fronteira entre Nusa Tenggara Timur – NTT (Timor Ocidental) e o enclave de Oecusse-Ambeno (Duarte, 1981, p. 19), em 17 de Setembro⁴ e entre 21 de Outubro e 3 de Novembro de 1966. Estes conflitos resultaram na morte de um timorense ocidental, no primeiro dia do conflito⁵, no ateamento de incêndios e subsequente destruição de 167 habitações, na ruína de 160 hortas e no desalojamento de 1.032 pessoas no Timor Português por parte dos indonésios⁶. Para atenuar as repercussões destes danos materiais, o governador do Timor Português, coronel José Alberty Correia, decidiu, em cooperação com a delegação em Timor da Cruz Vermelha portuguesa, fornecer “alimentos e vestuário” às vítimas do conflito⁷.

³ Esta posição foi partilhada por Weatherbee (1966, p. 685) e pelo marechal Gomes da Costa, desde pelo menos 1923, segundo o marechal Costa Gomes (Cruzeiro, 1998, p. 32).

⁴ De acordo com o serviço de informações militares portuguesas, no dia 17 de Setembro de 1966 um grupo de indonésios armados infiltraram-se na região de Nitibe e abateram uma vaca e tentaram atear incêndio a uma plantação de areca, tendo-se depois retirado para NTT. “Perintrep, secreto, anexo ao ofício n.º 2315/B do secretariado-geral da Defesa Nacional para o director-geral, interino, dos Negócios Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros, João Hall Themido, de 3 de Novembro de 1966” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: incidentes na fronteira de Timor, 1966”, PAA M. 1161, AHDMNE, Lisboa.

⁵ “Relatório, secreto, relativo aos incidentes da fronteira do Oecusse do Timor Português, de Outubro/Novembro de 1966, do governador José Alberty Correia, de 8 de Novembro de 1966, p. 10” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: incidentes na fronteira de Timor, 1966”, PAA M. 1161, AHDMNE, Lisboa.

⁶ “Telegrama n.º 22, secreto, do governador José Alberty Correia para o ministro Silva Cunha, 10 de Novembro de 1966”, AOS/CO/UL-8J, Pt. 2, fl. 361, IAN/TT, Lisboa.

⁷ Ibid.

A documentação consultada indica que o incidente fronteiriço entre NTT e o enclave de Oecusse-Ambeno foi planeado como uma fuga em frente por parte de apoiantes, simpatizantes e partidários de Sukarno no Timor Indonésio numa tentativa para cair nas boas graças do novo regime que estava a surgir gradualmente em Jacarta, que recorria com grande frequência à mesma linguagem político-ideológica do regime anterior, pelo menos na esfera da política externa. Durante a estadia do cônsul da Indonésia em Díli, Roeslan Soeroso, em Kupang, entre os dias 21 de Setembro e 2 de Outubro de 1966, este reuniu-se com o chefe da polícia de Atambua e o administrador do distrito de Kefamenanu para “examinarem o mapa” do enclave e defenderam que este “nada tinha que pertencer ao Timor Português, dado as suas fronteiras serem com o território indonésio e a única saída livre ser o mar”⁸.

As autoridades militares centrais da Indonésia ficaram tão preocupadas com a rápida deterioração da conjuntura militar na fronteira, que o administrador de Kefamenanu, Bernardus Laka, “foi acusado e preso”, de 28 para 29 de Outubro de 1966, pelas *Angkatan Bersenjata Republik Indonesia* – ABRI (Forças Armadas da Indonésia) por ter instigado o conflito fronteiriço⁹. Pouco tempo depois, o major Iskandar, comandante militar de Atambua e responsável pelas operações militares indonésias no conflito de Novembro de 1966, foi “afastado de Timor devido à sua animosidade para com Portugal”¹⁰, sendo substituído pelo major Amus nas funções.

Tendo concluído que o conflito não produziu os efeitos esperados, o cônsul Roeslan Soeroso pediu ao coronel José Alberty Correia “um encontro entre as autoridades civis portuguesas e indonésias com a finalidade de esclarecer e solucionar a situação”¹¹.

⁸ “Relatório, secreto, relativo aos incidentes da fronteira do Oecusse do Timor Português, de Outubro/Novembro de 1966, do governador José Alberty Correia, de 8 de Novembro de 1966, p. 8” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: incidentes na fronteira de Timor, 1966”, PAA M. 1161, AHDMNE, Lisboa.

⁹ De acordo com um relatório secreto do ministério português do Exército baseado nas escutas da rede de rádio das ABRI a incursão foi planeada pelo administrador de Kafemanu, um comandante do exército e mais duas personalidades (“Intransrep n.º 153, secreto, de 15 de Novembro de 1966” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: incidentes na fronteira de Timor, 1966”, PAA M. 1161, AHDMNE, Lisboa).

¹⁰ “Anexo A – relatório de contra-informação n.º 11/67 – ao Perintrep n.º 11/67”, PIDE/DGS, “GU-Timor”, SC/CI(2)-DSI-2.ª, Pt. 5, N.T. 8975, fl. 358, IAN/TT, Lisboa.

¹¹ “Informação, muito secreta, da 2.ª repartição (informações militares) do secretariado-geral da Defesa Nacional, de 5 de Novembro de 1966, p. 5” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: incidentes na fronteira de Timor, 1966”, PAA M. 1161, AHDMNE, Lisboa.

Não obstante a tentativa indonésia de desdramatizar a crise, na tarde do dia 5 de Novembro partiu para o enclave de Oecusse-Ambeno, a bordo do navio *Arbiru*, uma companhia de 2.^a linha, com reforços militares e reabastecimentos. No mesmo dispositivo naval seguiu o comandante militar, tenente-coronel Adalberto Júlio da Nóbrega Pinto Pizarro, e outros oficiais e autoridades administrativas para guarnecerem os postos do enclave¹².

Entretanto, no dia 6 tiveram lugar negociações entre os administradores de Oecusse-Ambeno e de Kefamenanu, com vista a encontrar um desfecho para o conflito, na região de Oesilo. A partir das 12h00 do mesmo dia entrou em vigor a interrupção de hostilidades, “tendo as forças portuguesas e indonésias retirado para a zona recuada da fronteira”¹³. A diminuição da tensa situação fronteiriça contribuiu para que no dia seguinte o comandante militar da guarnição militar portuguesa de Timor regressasse a Díli¹⁴, e no dia 8 de Novembro as unidades indonésias se apartassem para os quartéis de Kefamenanu, Kupang e Atambua¹⁵.

Embora os “resultados” do conflito fossem considerados “satisfatórios”¹⁶ pela administração portuguesa, o governador José Alberty Correia reconheceu que as autoridades portuguesas acabaram por aceitar provisoriamente a nova “linha de fronteira” imposta pelos indonésios, pois estes foram “intransigentes, parecendo dispostos a corrigir a sua actual linha de fronteira, após a rectificação a efectuar por equipa dos dois países. Embora não sendo grande o prejuízo material, há quebra de prestígio para as nossas autoridades, pelo que se impõe que com urgência seja acordada a organização de uma equipa conjunta, que reveja a posição dos marcos de fronteira, de acordo com o tratado Luso-Holandês”¹⁷.

¹² “Ofício n.º 2359/B, muito secreto e urgente, do secretário-adjunto da Defesa Nacional, general Venâncio Augusto Deslandes, para o director-geral, interino, dos Negócios Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros, João Hall Themido, de 8 de Novembro de 1966?, p. 2” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: incidentes na fronteira de Timor, 1966”, PAA M. 1161, AHDMNE, Lisboa.

¹³ “Ofício n.º 2382/B, muito secreto e urgente, do secretário-adjunto da Defesa Nacional, general Venâncio Augusto Deslandes, para o director-geral, interino, dos Negócios Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros, João Hall Themido, de 9 de Novembro de 1966” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: incidentes na fronteira de Timor, 1966”, PAA M. 1161, AHDMNE, Lisboa.

¹⁴ *Ibid.*

¹⁵ *Ibid.*; “Telegrama n.º 21, secreto, do governador José Alberty Correia para o ministro Silva Cunha, de 8 de Novembro de 1966”, AOS/CO/UL-8J, Pt. 2, fl. 360, IAN/TT, Lisboa.

¹⁶ “Relatório, secreto, relativo aos incidentes da fronteira do Oecusse do Timor Português, de Outubro/Novembro de 1966, do governador José Alberty Correia, de 8 de Novembro de 1966, p. 13” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: incidentes na fronteira de Timor, 1966”, PAA M. 1161, AHDMNE, Lisboa.

¹⁷ *Ibid.*, p. 14.

Com o intuito de desanuviar a tensa conjuntura político-militar, o cônsul indonésio em Díli, Roeslan Soeroso, sob instruções de Jacarta, solicitou uma nova audiência ao governador de Timor, no dia 10 de Novembro de 1966. De imediato apresentou-se ao coronel José Alberty Correia para indagar acerca das causas dos incidentes e das razões que levaram a administração portuguesa a reforçar a guarnição militar de Oecusse-Ambeno. José Alberty Correia atribuiu a ocorrência do conflito às dúvidas surgidas do lado indonésio quanto à delimitação da fronteira e às exortações feitas por membros das forças de segurança da Indonésia junto da população para que estas perpetrassem actos violentos contra a parte portuguesa de Timor. Aproveitou a audiência para garantir que os reforços militares portugueses enviados para o enclave se destinavam exclusivamente a tranquilizar a população alarmada pelas incursões efectuadas pelos indonésios e pelo fogo aberto, de morteiros e de metralhadoras, para o interior do enclave¹⁸.

Entretanto, o ministro indonésio dos Negócios Estrangeiros, Adam Malik¹⁹, deu instruções para que cessasse o conflito. Durante a cerimónia de comemoração do Dia de Festa do Rei dos Belgas, que decorreu no dia 15 de Novembro, o chefe da diplomacia javanesa informou o cônsul de Portugal em Jacarta²⁰, António d'Oliveira Pinto da França, que “não queria complicações e deu ordens expressas para o cessar-fogo”²¹. Adam Malik “encerrou a conversa repetindo que não queria complicações e que desejava ver o problema resolvido”²².

Quatro dias depois, o cônsul português apresentou um memorial ao director-geral dos Negócios Políticos do *Departemen Luar Negeri* (Ministério dos Negócios

¹⁸ “Telegrama n.º 23, secreto, do governador José Alberty Correia para o ministro Silva Cunha, 15 de Novembro de 1966”, AOS/CO/UL-8J, Pt. 2, fl. 368, IAN/TT, Lisboa.

¹⁹ Adam Malik (1917-1984) foi um proeminente dirigente político nacionalista indonésio que exerceu os importantes cargos de ministro da presidência para os assuntos políticos e de ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia entre 1966 e 1978 e de vice-presidente do país, entre o último ano e 1983.

²⁰ Com a ruptura das relações diplomáticas em 1 de Janeiro de 1965, para agradar aos grupos de países afro-asiáticos e não-alinhados, estas passaram a ser formalmente consulares (Fernandes, 2001, pp. 30-37).

²¹ “Telegrama n.º 19, secreto, expedido pelo ministro Silva Cunha para o governador de Timor, tenente-coronel José Alberty Correia, de 22 de Novembro de 1966”, AOS/CO/UL-8J, Pt. 2, fl. 376, IAN/TT, Lisboa.

²² “Ofício n.º UL 1871, de Inácio Rebelo de Andrade, chefe da secção dos Negócios Políticos Ultramarinos da direcção-geral dos Negócios Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros, para o director do gabinete dos Negócios Políticos do ministério do Ultramar, Ângelo dos Santos Ferreira, de 28 de Novembro de 1966, p. 2” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: incidentes na fronteira de Timor, 1966”, PAA M. 1161, AHDMNE, Lisboa.

Estrangeiros), Chaidir Anwar Sani, para a constituição de uma comissão mista luso-indonésia para se debruçar sobre a delimitação da fronteira entre o enclave de Oecusse-Ambeno e de NTT. O alto diplomata indonésio limitou-se a afirmar que a diligência seria de imediato submetida à consideração da repartição de Direito Internacional do seu ministério para ser estudada²³.

No âmbito da decisão de Adam Malik voltaram a reunir-se as autoridades administrativas portuguesas do enclave de Oecusse-Ambeno, chefiadas por José Leovigildo Mascarenhas Inglês, e os seus homólogos de Kefamenanu, no dia 20 de Novembro. Os representantes indonésios não aceitaram a proposta da delegação portuguesa no sentido de considerar como neutras e abandonadas as parcelas dos terrenos disputados pelos dois países até que a comissão mista se debruçasse sobre o assunto. O encontro “terminou amigavelmente com almoço oferecido pelos portugueses e o pedido de medicamentos por indonésios”²⁴.

Apesar de três jornais²⁵ de Jacarta e da agência noticiosa oficial *Antara*²⁶ terem especulado sobre a conjuntura na fronteira entre a NTT e o enclave de Oecusse-Ambeno, sob instruções de Adam Malik, o director-geral dos Negócios Políticos do Departemen Luar Negeri, Chaidir Anwar Sani, desmentiu à *Agence France-Presse* que os incidentes estavam a ser investigados e defendeu que o seu governo poderia enviar uma missão especial a NTT para avaliar a linha fronteira que, na sua opinião, era bem definida²⁷. Por outro lado, informou o cônsul António d'Oliveira Pinto da França que se corria o risco de se deixar agravar a exploração desta matéria na comunicação social e que concordava com a sua intenção de desmentir junto das agências noticiosas, nomeadamente da *France-Presse*²⁸.

A atitude de Adam Malik convergia paradoxalmente com a do governo central português, isto é, a de manter um muro de silêncio em torno do conflito. No dia

²³ “Telegrama n.º 19, secreto, expedido pelo ministro Silva Cunha para o governador de Timor, tenente-coronel José Alberty Correia, de 22 de Novembro de 1966”, AOS/CO/UL-8J, Pt. 2, fl. 376, IAN/TT, Lisboa.

²⁴ “Telegrama n.º 25, secreto, do governador José Alberty Correia para Silva Cunha, de 24 de Novembro de 1966”, AOS/CO/UL-8J, Pt. 2, fls. 378-379, IAN/TT, Lisboa.

²⁵ “Incident ‘Tadjuk Rentjana: Persistiwa Timor’, *Api Pantjasila* [Jacarta], (9 de Dezembro de 1966), p. 4; “Menutama Menlu Adam Malik: Timor Gawat”, *Sinar Harapan* [Jacarta], (8 de Dezembro de 1966), p. 1; “ABRI Armed Contact Against Portuguese”, *Kami* [Jacarta], (5 de Dezembro de 1966), p. 1.

²⁶ “Incident at Timor/Indonesian Border”, *Antara News Bulletin* [Jacarta], (9 de Dezembro de 1966).

²⁷ “Clash Two Reopen”, *Agence France-Presse* 61645 (10 de Dezembro de 1966).

²⁸ “Telegrama n.º 86 do cônsul de Portugal em Jacarta, de 10 de Dezembro de 1966” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: incidentes na fronteira de Timor, 1966”, PAA M. 1161, AHDMNE, Lisboa.

15 de Dezembro de 1966, o *Sydney Morning Herald* publicou uma notícia proveniente de Lisboa, a afirmar que no dia 13, o secretariado-geral da Defesa Nacional desmentiu a ocorrência do conflito fronteiriço. De acordo com este diário, o porta-voz deste departamento governamental teria afirmado “this rumour is absolutely unfounded”²⁹. As autoridades centrais portuguesas estavam interessadas em negar a ocorrência do conflito com o intuito de não darem oportunidades políticas aos adversários políticos internos de Suharto na Indonésia. Aparentemente, vários sectores indonésios apoiavam a declaração de Sukarno sobre o Timor Português. De acordo com o jornalista do *Observer*, de Londres, quando passou pela cidade de Surabaya, a metrópole onde as facções pró-Sukarno dominavam, tinha visto inscrito nas paredes, após a publicação de notícias da imprensa sobre conflito fronteiriço, palavras de ordem a exortar à “*confrontasi Timor*”. Quando interpelou o chefe da diplomacia indonésia, Adam Malik, sobre as referidas inscrições, o último retorquiu-lhe “estar ocupado com problemas muito mais importantes que Timor”³⁰.

Com receio de eventuais deflagrações de conflitos fronteiriços por elementos em NTT discordantes da nova orientação política em relação ao Timor Português, foi enviado a Kupang um importante responsável militar indonésio, no mês de Dezembro³¹. O comandante da IV Região Territorial Aérea, coronel Suwito, visitou o território para proceder a um levantamento dos factores subjacentes à recente crise fronteiriça. Durante a sua estadia foram acordadas novas medidas com os comandos militares de NTT “to overcome undesirable incidents”³².

Este foi, contudo, resolvido atendendo à “posição conciliadora” (p. 98) das novas autoridades em Jacarta, de acordo com o cônsul de Portugal, António d’Oliveira Pinto da França. Esta atitude contribuiu para que o assunto fosse “sanado a breve prazo pelas autoridades administrativas dos territórios vizinhos”, segundo o governador do Timor Português, coronel José Alberty Correia (p. 336). A partir desta

²⁹ “Timor clash report denied”, *The Sydney Morning Herald* (15 de Dezembro de 1966), p. 4.

³⁰ “Telegrama n.º 94 do cônsul de Portugal em Jacarta, de 14 de Dezembro de 1966” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: incidentes na fronteira de Timor, 1966”, PAA M. 1161, AHDMNE, Lisboa.

³¹ “Telegrama n.º 2, secreto, do ministro Silva Cunha para o governador de Timor, de 6 de Janeiro de 1967”, AOS/CO/UL-8J, Pt. 2, fl. 431, IAN/TT, Lisboa.

³² “Cause of Timor Crisis Should be Studied”, *Antara News Bulletin* [Jacarta], (31 de Dezembro de 1966); “Krisis di Timor ditindjau setjara serius”, *Api Pantjasila* [Jacarta], (31 de Dezembro de 1966), p. 1; “Cause of Timor Crises Should be Studied”, *The Armed Forces Daily Mail* [Jacarta], (2 de Janeiro de 1967), p. 1.

ocasião as relações bilaterais melhoraram significativamente. Primeiro, o major Eupari³³ foi substituído pelo tenente-coronel El Tari à frente de NTT, em Março de 1967³⁴. O último empenhou-se de imediato em melhorar as relações entre Kupang e Díli.

Para além de proceder à substituição do governador, o regime de Suharto “determinou ao Comando Militar de Kupang e ao próprio Governo da Província para evitarem que se repetissem os distúrbios havidos na fronteira do Oecusse, pois, estão a lutar com uma crise económica que preocupa grandemente o Governo e estão empenhados em manter boas relações com o Governo Português nesta Província a fim de estabelecer um intercâmbio cultural e turístico”³⁵, segundo uma informação da PIDE, de 8 de Fevereiro de 1967.

Registou-se, ainda, um encontro de “confraternização amigável”, de 30 minutos, entre o administrador de Atambua e o governador de Timor, coronel José Alberty Correia, em Pante Makassar, capital do enclave do Oecusse-Ambeno, tendo, posteriormene, o último almoçado com o seu homólogo indonésio, em 17 de Fevereiro de 1967. Durante estes dois importantes encontros, “[n]ada houve [que] denotasse receio ou animosidade [por] parte [das] autoridades indonésias”, na opinião do coronel José Alberty Correia³⁶. A melhoria nas relações bilaterais repercutiu-se, inevitavelmente, noutros domínios. Na sequência de convites formulados pela embaixada da Indonésia em Karachi à sua congénere portuguesa, o Palácio das Necessidades comunicou ao embaixador Albertino dos Santos Matias que não existia “qualquer inconveniente” em os aceitar, pois após “a suspensão de relações diplomáticas entre os dois países[, as relações] melhoraram consideravelmente”³⁷.

³³ Apesar de Eupari ter defendido um estreitamento das relações entre Kupang e Díli acabou, contudo, na sequência do conflito fronteiriço do enclave de Oecusse-Ambeno, por ser afastado e substituído pelo tenente-coronel El Tari.

³⁴ “Relatório, confidencial, a ‘visita do governador de Nusa Tenggara Timur’, de autoria do governador, coronel José Alberty Correia, de 9 de Outubro de 1967, p. 7” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: consulado de Portugal em Cupão, 1967/75”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

³⁵ “Perintrep n.º 2/67, referido ao período de 1 de Fevereiro a 28 de Fevereiro de 1967, anexo ao relatório n.º 4/67, confidencial, da subdelegação da PIDE de Timor”, PIDE/DGS, “GU-Timor”, SC/CI(2)-DSI-2.ª, Pt. 5, N.T. 8975, fl. 1172, IAN/TT, Lisboa.

³⁶ “Telegrama n.º 5, secreto, do governador de Timor para o ministro Silva Cunha, de 18 de Fevereiro de 1967”, AOS/CO/UL-8J, Pt., 2, fl. 493, IAN/TT, Lisboa; “Ofício n.º 1178/FF-02-10, secreto, do director do gabinete dos Negócios Políticos do ministério do Ultramar, Ângelo dos Santos Ferreira, para o director-geral, interino, dos Negócios Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros, João Hall Themido, de 10 de Março de 1967” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: geral, 1967/1968”, PAA M. 1161, AHDMNE, Lisboa.

³⁷ “Telegrama n.º 36 para a embaixada de Portugal em Karachi, de 19 de Setembro de 1967” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: geral, 1967/1968”, PAA M. 1161, AHDMNE, Lisboa.

Atendendo a que o governador José Alberty Correia considerou o cônsul Roeslan Soeroso³⁸ “um dos principais instigadores [de] todas [as] acções contra [a] nossa soberania” recomendou o “seu afastamento”³⁹ da representação consular javanesa em Díli. Este radical nacionalista, que tinha usufruído da confiança pessoal do antigo ministro dos Negócios Estrangeiros, Hurustiati Subandrio, foi enviado para Camberra para exercer o cargo de primeiro-secretário da embaixada da Indonésia na capital da Austrália⁴⁰. Acabou por ser substituído por um diplomata mais moderado e conciliador: Agoes⁴¹, em 25 de Julho de 1967⁴².

Os factores subjacentes à alteração do comportamento da Indonésia Quais foram as razões subjacentes à alteração do comportamento indonésio em relação a Lisboa e a Díli? Por razões editoriais, vamo-nos concentrar em quatro razões fundamentais que contribuíram para a modificação do comportamento do regime de Suharto em relação ao Timor Português. Primeiro, o desaparecimento do clima de tensão de

³⁸ O cônsul Roeslan Soeroso foi descrito pela subdelegação da PIDE em Díli como “pró-comunista [...] que não fazia muito segredo, pois abria-se com facilidade sobre tal” (“Informação, confidencial, n.º 196-SC-CI(2), de 2 de Fevereiro de 1968”, PIDE/DGS, “Serviços Indonésios”, Proc. n.º 236-SC/CI(2), N.T. 6982, fl. 69, IAN/TT, Lisboa). Por seu turno, o governador José Alberty Correia averbou que cônsul “Soeroso, ex-secretário do Dr. Subandrio, seu defensor acérrimo e amigo íntimo, viu a sua situação comprometida após o golpe de 30 de Setembro de 1965, podendo ser arrastado na queda com o seu ex-chefe. Afrouxou, então a sua actividade seguida desde o início da sua presença em Díli, e mais acentuada após o discurso do presidente Sukarno de Agosto de 1965. Após 30 de Setembro de 1965, certamente, procurará qualquer acto que o reabilite aos olhos dos seus chefes, ou mesmo lhe evite a sorte que poderá ter o seu amigo, protector e ex-chefe” (“Relatório, secreto, relativo aos incidentes da fronteira do Oecusse do Timor Português, de Outubro/Novembro de 1966, do governador José Alberty Correia, de 8 de Novembro de 1966, p. 2” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: incidentes na fronteira de Timor, 1966”, PAA M. 1161, AHDMNE, Lisboa).

³⁹ “Telegrama n.º 20, secreto, do governador José Alberty Correia para o ministro Silva Cunha, de 8 de Novembro de 1966”, AOS/CO/UL-8J, Pt. 2, fl. 359, IAN/TT, Lisboa.

⁴⁰ “Aerograma n.º A-11 do encarregado de negócios de Portugal em Camberra, de 25 de Outubro de 1967, p. 1” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: geral, 1967-68”, PAA M. 1161, AHDMNE, Lisboa.

⁴¹ “Ofício n.º 107/67-GU, confidencial, do inspector, interino, da subdelegação de Timor da PIDE, Armando Rodrigues Rego, para o director da PIDE, Fernando da Silva Pais, de 29 de Junho de 1967”, PIDE/DGS, GU-Timor, SC/CI(2)-DSI-2.ª, Pt. 5, N.T. 8975, fl. 894, IAN/TT, Lisboa.

⁴² De acordo com um PERINTREP, Agoes assumiu a chefia do consulado em 25 de Julho de 1967. Porém, o seu reconhecimento oficial por parte do ministério português dos Negócios Estrangeiros só teve lugar em 7 de Setembro de 1967 (“Repartição do Gabinete: Aviso”, *Boletim Oficial de Timor*, ano 68, n.º 43 [28 de Outubro de 1967], p. 717). O cônsul António d’Oliveira Pinto da França comunicou, contudo, ao *Departemen Luar Negeri* o “reconhecimento provisório” de Agoes, em 11 de Outubro de 1967 (“Telegrama n.º 63 do cônsul de Portugal em Jacarta, de 12 de Outubro de 1967, p. 1” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: geral, 1967-1968”, PAA M. 1161, AHDMNE, Lisboa).

política na região que tinha fortemente caracterizado o regime anterior. Segunda, a matriz anticomunista de ambos os regimes. Terceiro, a primazia dada por Suharto ao fomento económico do país com o propósito de consolidar e de proporcionar longevidade política ao seu regime. Quarto, a intransigente recusa portuguesa para conceder apoio político e logístico-militar ao movimento de libertação da Papua Nova Guiné Ocidental.

A cessação do clima de tensão política na região O principal desígnio de Suharto foi reduzir a conflituosa política externa da Indonésia na região. Neste âmbito, cessou a campanha contra a Malásia. A estratégia de Sukarno tinha sido a de criar disputas exógenas para compensar pelas sérias dificuldades económicas, financeiras e sociais que atravessava o país. Suharto abandonou tal atitude. Uma das suas primeiras decisões foi cessar a política de *confrontasi* com a Malásia e empenhou-se na criação de uma organização regional que fomentasse a cooperação económica e política regional: a Associação das Nações do Sudeste Asiática (ANSA)⁴³, o que se veio a confirmar-se em 8 de Agosto de 1967⁴⁴. Desta forma, os novos dirigentes indonésios reconheceram “the importance of regional stability for ensuring the success of Indonesia’s development programme” (Suryadinata, 1996, p. 35).

No prosseguimento da política de consolidação do novo regime, o general Suharto substituiu Hurustiati Subandrio por Adam Malik na chefia do ministério dos Negócios Estrangeiros, em 27 de Março de 1966 (http://www.indonesianembassy.org.uk/indonesia_cabinet_1945-2001.html; consultado em 25 de Novembro de 2005). Com o objectivo de manter o *status quo ante* relativamente a Timor-Leste, o Departmen Luar Negeri respondeu favoravelmente à nota da embaixada do Brasil no sentido desta missão diplomática passar a representar os interesses de Portugal junto do governo da Indonésia, em 9 de Julho de 1966⁴⁵.

O clima de distensão entre Jacarta e Lisboa fazia parte integrante da política externa de baixa intensidade do regime de Suharto. Para o novo regime indonésio,

⁴³ Conhecida por *Association of Southeast Asian Nations* (ASEAN).

⁴⁴ Pela parte indonésia, o processo de fundação da ANSA foi chefiada por Adam Malik, ministro da presidência para os assuntos políticos e dos Negócios Estrangeiros.

⁴⁵ “Circular UL 29 do director-geral, interino, dos Negócios Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros, João Hall Themido, para as missões diplomáticas portuguesas no estrangeiro, de 26 de Setembro de 1966”, PIDE/DGS, “Serviços Indonésios”, Proc. n.º 236-SC/CI(2), N.T. 6982, fl. 260, IAN/TT, Lisboa.

já não era necessário manter uma política externa de afirmação da independência nacional. A ênfase deveria ser no sentido de atrair investimento estrangeiro com o desígnio de promover dois objectivos primordiais para a consolidação do regime de Suharto: *stabilitas* (estabilidade) e *pembangunan ekonomi* (fomento económico). A decisão foi no sentido de manter uma atitude não beligerante de forma a atrair apoios internacionais para o desenvolvimento do país (Weinstein, 1976, p. 161; Sukma, 1997, pp. 237-238).

A distensão foi bem perceptível em vários domínios. O cônsul-geral da Indonésia em Hong Kong e Macau, Prijatana Padma-Diwiria, e a sua esposa participaram no almoço anual oferecido pelo governador de Macau, tenente-coronel Lopes dos Santos, ao corpo consular acreditado no pequeno enclave administrado por Portugal, em 10 de Janeiro de 1966⁴⁶. No mesmo dia, o cônsul Padma-Diwiria e sua esposa ofereceram um jantar ao chefe da administração portuguesa, esposa e “às mais destacadas autoridades portuguesas e outras individualidades proeminentes do meio macaense”⁴⁷. A comunidade indonésia de Hong Kong, nomeadamente dos sectores do comércio e bancário, fizeram-se representar neste evento, que incluiu um sarau cultural, tanto indonésio como português. Na opinião do oficioso *Notícias de Macau*, “[o]s anfitriões foram duma gentileza para com os seus convidados”⁴⁸.

Uma das primeiras tentativas de aproximação foi a deslocação do capitão de infantaria César Henrique Cruz Canuto a Jacarta em “missão oficial, segundo directiva emanada da Defesa Nacional, para receber naquela capital um sargento e dois cabos desertores”⁴⁹ do Timor Português. Todavia, no início da missão, durante a sua permanência na residência oficial do governador de NTT, o capitão Canuto suicidou-se por volta das 21h30, do dia 3 de Dezembro.

As autoridades indonésias ficaram tão preocupadas com o acontecimento, que disponibilizaram de imediato o cadáver às autoridades portuguesas, facilitaram o seu

⁴⁶ “Crónica semanal de Macau: de 9 a 15 de Janeiro de 1966”, *Notícias de Macau: Edição Semanal Ilustrada*, ano 19, n.º 614 (16 de Janeiro de 1966), p. 6.

⁴⁷ “Jantar oferecido pelo Cônsul-Geral da Indonésia”, *Notícias de Macau: Edição Semanal Ilustrada*, ano 19, n.º 614 (16 de Janeiro de 1966), p. 5.

⁴⁸ *Ibid.*

⁴⁹ “Telegrama n.º 26, secreto, do governador José Alberty Correia para o ministro Silva Cunha, de 4 de Dezembro de 1966”, AOS/CO/UL-8J, Pt. 2, fls. 388-389, IAN/TT, Lisboa. Estes três militares desertaram no dia 10 de Setembro de 1965, ficando detidos em Bali. Posteriormente, mostraram-se “arrepentidos” e manifestaram interesse em serem repatriados para o Timor Português.

transporte no aeródromo de Kupang, conferiram-lhe todas as honras militares⁵⁰, forneceram um relatório sobre a sua estadia em Kupang e o governador de NTT e o cônsul da Indonésia em Díli “apresentaram profundas condolências”⁵¹. Atendendo ao sucedido, as próprias autoridades militares indonésias, através da sua Polícia Militar, entregam os três fugitivos aos seus homólogos portugueses no posto de Balibó, no dia 14 de Dezembro de 1966⁵².

O desanuviamiento nas relações entre Jacarta e Lisboa ficou bem patente no ano de 1967. O novo regime indonésio autorizou a digressão por Sulawesi e Ambon, do cônsul de Portugal em Jacarta, António d'Oliveira Pinto da França, em Abril de 1967⁵³.

No mesmo mês, uma missão desportiva e cultural de NTT visitou Díli, entre os dias 24 e 27 de Abril. Esta era constituída por 88 elementos e era presidida pelo comandante-geral da polícia de Timor-Kupang, coronel Randos Hardono⁵⁴, considerado a segunda personalidade mais destacada da administração político-militar de NTT depois do tenente-coronel El Tari. Na opinião do comandante militar, tenente-coronel Adalberto Júlio da Nobrega Pinto Pizarro, “[s]e bem que a visita tenha tido o aspecto de incrementar as relações culturais e desportivas entre os dois Timores, a finalidade que os indonésios desejam atingir é o estabelecimento de relações comerciais e económicas”⁵⁵. Durante a visita, elementos da administração portuguesa foram informados pelos visitantes que o comandante militar de Atambua, major Iskandar, e o comissário da polícia de Kefamenanu, inspector S. A.

⁵⁰ “Telegrama n.º 27, secreto, do governador José Alberty Correia para o ministro Silva Cunha, de 6 de Dezembro de 1966”, AOS/CO/UL-8J, Pt. 2, fl. 390, IAN/TT, Lisboa.

⁵¹ “Telegrama n.º 28, secreto, do governador José Alberty Correia para o ministro Silva Cunha, de 6 de Dezembro de 1966”, AOS/CO/UL-8J, Pt. 2, fl. 391, IAN/TT, Lisboa.

⁵² “Anexo A – Relatório de contra informação n.º 12/66, apenso ao Perintrep n.º 12/66”, PIDE/DGS, “GU-Timor”, SC/CI(2)-DSI-2.ª, Pt. 4, N.T. 8974, fl. 72, IAN/TT, Lisboa.

⁵³ “‘Peregrinação por velhas rotas portuguesas: notas sobre uma viagem às ilhas Sulawesi e Ambone – Abril de 1967’ de autoria de António d'Oliveira Pinto da França, de Maio de 1967” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: ‘notas’ da viagem, 1967”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

⁵⁴ A delegação integrava ainda o capitão Anom Asta, assessor económico do governador de NTT, tenente-coronel El Tari, e os comandantes das polícias de Atambua e Kefamenanu (“Telegrama n.º 25 CIF do governador de Timor para o ministro Silva Cunha de 25 de Abril de 1967, pp. 1-2”, AOS/CO/UL-8J, Pt. fl. 621, IAN/TT, Lisboa), representado simbolicamente a cessação do conflito fronteiriço entre a NTT e o enclave de Oecusse-Ambeno.

⁵⁵ “Anexo A – Relatório de contra-informação n.º 4/67 apenso ao Perintrep n.º 4/67”, PIDE/DGS, “GU-Timor”, SC/CI(2)-DSI-2.ª, Pt. 5, N.T. 8975, fl. 968, IAN/TT, Lisboa.

Sita, foram afastados dos seus cargos pelo seu envolvimento no conflito fronteiriço com o enclave de Oecusse-Ambeno, no ano anterior, e pelas suas atitudes hostis em relação aos portugueses e à sua presença na região⁵⁶. Aliás, o primeiro militar foi afastado do seu cargo na véspera do início da visita do coronel Hardono ao Timor Português⁵⁷. Nas sessões de apresentação de cumprimentos ao governador e comandante militar do Timor Português, o coronel Randos Hardono manifestou o “desejo [de] estreitar [os] laços [de] amizade [e as] relações culturais entre [o] povo indonésio e [o] povo português de Timor”⁵⁸.

Quando se deslocou a Lisboa para ir tratar de assuntos referentes ao território, o governador José Alberty Correia declarou aos órgãos de comunicação social, no dia 23 de Maio de 1967, que: “[e]xternamente direi que, felizmente, hoje se nota uma nítida compreensão da parte dos nossos vizinhos para com a nossa presença, e há mesmo uma procura de entendimento das relações, que consideram vantajosas, em especial no campo do comércio e no do turismo”⁵⁹.

No mês seguinte, a esposa do ministro indonésio das Finanças realizou uma visita particular, de uma semana, a Lisboa e a Fátima. Atendendo a que o seu marido, Franciscus Xaverius Seda, exercia ininterruptamente importantes cargos políticos, nomeadamente de ministro de vários governos, desde 13 de Novembro de 1963 (http://www.indonesianembassy.org.uk/indonesia_cabinet_1945-2001.html; consultada em 25 de Novembro de 2005), e de presidente do *Partai Katolik* (Partido Católico), desde 1961 (<http://www.tokohindonesia.com/ensiklopedi/f/frans-seda/index.shtml>; consultada em 25 de Novembro de 2005), o Palácio das Necessidades colocou um automóvel às “suas ordens” e o ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, mandou-lhe apresentar cumprimentos. Perante tal recepção, o casal Seda ofereceu um jantar ao cônsul António d’Oliveira Pinto da França durante o qual teceram enormes elogios a Portugal, realçaram a “origem portuguesa” do seu nome e abordaram a influência portuguesa na ilha das Flores, de onde eram naturais⁶⁰.

⁵⁶ *Ibid.*

⁵⁷ *Ibid.*, fl. 984.

⁵⁸ “Telegrama, confidencial, do governador José Alberty Correia para o ministro Silva Cunha, de 25 de Abril de 1967, p. 2” in “Timor: diversos, 1967/69”, PAA M. 809, AHDMNE, Lisboa.

⁵⁹ “Governador de Timor”, *Boletim Geral do Ultramar*, ano 43, n.º 503 (Maio de 1967), p. 336.

⁶⁰ “Ofício n.º 67DC/2 do cônsul de Portugal em Jacarta, de 14 de Julho de 1967” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: visitas – geral, 1967/72”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

O espírito de abertura das novas autoridades indonésias começou-se a constatar em meados de 1967, antes da realização das visitas entre Díli e Kupang e no sentido contrário. No decorrer da recepção do dia nacional da Suíça na capital javanesa, no dia 1 de Agosto de 1967, um dos directores da agência noticiosa *Antara*, declarou a um grupo de jornalistas indonésios que “nas actuais circunstâncias não era de excluir que a Indonésia reatasse relações diplomáticas com Portugal”⁶¹.

No mês seguinte a Indonésia continuou a dar sinais que pretendia intensificar as suas relações com Portugal e o Timor Português. Neste âmbito, “uma missão da Garuda, Companhia de Transportes Aéreos da Indonésia,” deslocou-se a Díli para estudar “as possibilidades de uma ligação turística Baucau-Cupão-Díli” (Correia, 1994, p. 327, Duarte, 1981, p. 20).

A convite da junta de Turismo do governo de NTT, uma caravana cultural e desportiva do Timor Português visitou Kupang, entre os dias 14 e 18 de Agosto de 1967. Presidida pelo Eng.º Eduardo Dias Barbosa, director do Centro de Informação e Turismo de Timor, esta delegação participou nas comemorações do dia nacional da Indonésia, em Kupang, no dia 17 de Agosto. Na recepção oferecida pelo tenente-coronel El Tari, governador de NTT, este brindou e “referiu-se ao grato prazer que lhe dava a presença amiga dos portugueses e levantou a sua taça para que os laços que unem os dois países, e muito especialmente as duas parcelas desta ilha sejam cada vez mais fortes”⁶². Durante a sua visita tiveram ocasião de observar as carências materiais em que viviam os habitantes da cidade em vários domínios, nomeadamente na habitação, reabastecimento e transportes e confirmaram que era muito frequente encontrarem à venda nas casas comerciais “artigos portugueses [de] primeira necessidade[,] como fósforos, cerveja, etc.”⁶³. Esta relativa dependência do Timor Português poderia, obviamente, ser usado para mitigar eventuais fervores nacionalistas nas cúpulas da administração de NTT. A visita contou com coberturas

⁶¹ “Ofício n.º 67DPA10/1 do cônsul de Portugal em Jacarta, de 4 de Setembro de 1967” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: restabelecimento de relações diplomáticas, 1967/72”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

⁶² “Intercâmbio cultural e desportivo com o Timor Indonésio: recepção calorosa e amiga, em Kupang”, *Informações: Boletim Informativo do Centro de Informação e Turismo de Timor*, n.º 3 (segunda quinzena de Agosto de 1967), p. 2.

⁶³ “Telegrama do governador José Alberty Correia para o ministro Silva Cunha, de 24 de Agosto de 1967” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: intercâmbio cultural, 1967-1972”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

favoráveis na imprensa de Jacarta, nomeadamente, no semanário *Tjaraka*⁶⁴ e no diário *Sinar Harapan*⁶⁵, sendo ambas reveladoras do interesse do regime de Suharto em dar o seu beneplácito à crescente cooperação entre Kupang e Díli.

A forma como decorreu a visita levou o governador de Timor, coronel José Alberty Correia, a “acreditar, com relativa margem de segurança, mas nunca com certezas absolutas, na serenidade de atitudes com que as autoridades e populações do Timor Indonésio procuram estabelecer e manter as melhores relações connosco”⁶⁶. Para além de contar com a presença da caravana do Timor Português, as comemorações do 22.º aniversário da Indonésia, que tiveram lugar em 1967, foram bastante serenas e parcimoniosas, em contraste com os festejos do tempo de Sukarno⁶⁷.

No mês seguinte, o governador de NTT, tenente-coronel El Tari, realizou um périplo pelo Timor Português, entre os dias 12 e 16 de Setembro de 1967, invocando como pretexto junto dos órgãos de comunicação social da Indonésia a recente visita efectuada a Kupang da caravana desportiva e cultural portuguesa para participar nas comemorações do 22.º aniversário da independência da Indonésia⁶⁸. Na visita de 5 dias, o tenente-coronel El Tari fez-se acompanhar pelos mais altos funcionários de NTT⁶⁹ e uma caravana cultural e desportiva de 88 elementos⁷⁰. Durante a estadia dos grupos desportivos e folclóricos de NTT decorreu uma “exposição de arte indonésia” na sede da Associação Comercial, Agrícola e Industrial de Timor (ACAIT), presidida pelo ex-deportado político português Manuel Viegas Carrascalão⁷¹.

⁶⁴ Denny Rafiqi, “Indonesia ‘mendobrak’ perbatasan Timor dengan..... tari dan njanji [Indonesia ‘breaks down’ the Timor border with.... dance and song], *Tjaraka* [Jacarta], (15 de Agosto de 1967), pp. 26 e 15.

⁶⁵ “Kupang Dikunjungi Tamu Dari Timur Portugis [Kupang was visited by tourists from Portuguese Timor]”, *Sinar Harapan* [Jacarta], (29 de Agosto de 1967), p. 4.

⁶⁶ “Relatório n.º 8/67 da Comissão de Coordenação e Defesa Civil de Timor referido ao período de 1 a 31 de Agosto de 1967, p. 10” in “Relatórios”, Fundo MU/GM/GNP/E-07-14, A. 1, G. 2, M. 248, AHDMNE, Lisboa.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 1.

⁶⁸ “East Nusa Tenggara governor to visit Timor-Dilly”, *Antara News Bulletin* [Jacarta], (5 de Setembro de 1967); “Governor of E. Nusa Tenggara to Visit Portuguese Timor”, *Armed Forces Courier* [Jacarta], (6 de Setembro de 1967), p. 2.

⁶⁹ “Programa de visita ao Timor Português de Sua Excelência o Governador de *Nusa Tenggara Timur*, 12 a 16 de Setembro de 1966”, PIDE/DGS, “GU-Timor”, SC/CI(2)-DSI-2.ª, Pt. 5, N.T. 8975, fls. 608-615, IAN/TT, Lisboa.

⁷⁰ “Visita a Díli dos Grupos Desportivos e Culturais de Kupang no período de 11 a 16 de Setembro de 1967”, PIDE/DGS, “GU-Timor”, SC/CI(2)-DSI-2.ª, Pt. 5, N.T. 8975, fls. 616-623, IAN/TT, Lisboa; “Intercâmbio entre a Província de Timor e *Nusa Tenggara Timur*”, *Boletim Geral do Ultramar*, ano 43, n.º 508 (Outubro de 1967), pp. 167-175.

⁷¹ *Ibid.*

Na sessão de boas vindas, que decorreu no Salão Nobre do Conselho Legislativo, no dia 12 de Setembro, o tenente-coronel El Tari declarou que:

“Esta visita será um diálogo que significa o fortalecimento das nossas relações de boa vizinhança, dentro do respeito mútuo e da colaboração proveitosa. Como sabem, esta visita, tendo sido apoiada pelo Governo Central da Indonésia ou Conselho de Ministros ‘Ampera’, é uma realização da nossa política externa, livre e activa, baseada no princípio da ‘Pantjasila’, cuja política é sempre amigável e para o interesse nacional. Para haver colaboração é necessário entrar em contacto, de maneira que todos os assuntos de interesse para as duas partes sejam resolvidos da melhor maneira”⁷².

A visita foi, obviamente, um grande êxito político para as autoridades portuguesas. De acordo com o governador José Alberty Correia: “[a]s relações entre o Timor Português e Indonésio atingiram neste período um nível até agora nunca igualado”⁷³ e “politicamente deve ser considerada como de alto significado positivo a nosso favor”⁷⁴. Defendeu, todavia, que era necessário “olhar com certas reservas e proceder com bastante prudência” em relação à Indonésia⁷⁵.

Não obstante a última inquietação, aquando da deslocação a Kupang do presidente Suharto, acompanhado por uma enorme comitiva ministerial, no dia 25 de Novembro de 1967, este manifestou o seu inteiro apoio e delegou no tenente-coronel El Tari a condução das relações Kupang-Díli, para evitar complicações político-burocráticas em Jacarta⁷⁶.

Por seu turno, o circunstanciado e extenso apontamento secreto elaborado por quatro destacados funcionários do gabinete de Negócios Políticos do ministério do Ultramar reconhecia que em termos comparativos o regime de Suharto era menos hostil do que o de Sukarno, e que se mostrava muito aberto a uma frutuosa cooperação bilateral. Na opinião de Leonel Banha da Silva, Beltrão Loureiro, José

⁷² “Discurso de S. Ex.^a o governador de Nusa Tenggara Timur no Salão Nobre do Conselho Legislativo”, *Informações: Boletim Informativo do Centro de Informação e Turismo de Timor*, n.º 5 (segunda quinzena de Setembro de 1967), p. 3.

⁷³ “Relatório n.º 9/67 da Comissão de Coordenação e Defesa Civil de Timor referido ao período de 1 a 30 de Setembro de 1967, p. 1” in “Relatórios”, Fundo MU/GM/GNP/E-07-14, A. 1, G. 2, M. 248, AHDMNE, Lisboa.

⁷⁴ *Ibid.*, p. 10.

⁷⁵ *Ibid.*

⁷⁶ “Telegrama n.º 76, urgente, do cônsul de Portugal em Jacarta, de 5 de Dezembro de 1967” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: geral, 1967-68”, PAA M. 1161, AHDMNE, Lisboa.

Catalão e Silva Pinto: “[é] certo que Jacarta está a encorajar uma intensificação das relações entre as suas autoridades em Timor e a nossa província”⁷⁷. Por sua vez, o último funcionário, num estudo anexo ao apontamento em apreço centrado sobre as “relações de vizinhança com o Timor Indonésio”, atribuiu o melhoramento nas relações bilaterais à “orientação definida pelo actual governo indonésio, desde que iniciou as suas funções EM MARÇO DO CORRENTE ANO, de recuperação económica do país, apoiada em parte nas relações de paz e amizade com os povos vizinhos, que veio decisivamente melhorar, pelo menos por agora, as nossas relações”⁷⁸ (Sublinhado na cópia do documento original). Porém, tal como o governador José Alberty Correia, este analista recomendava uma certa prudência, pois: “... se por um lado, as realidades da política internacional actual nos aconselham a colaborar cada vez mais com os nossos vizinhos, por outro lado, são essas mesmas realidades que nos obrigam a caminhar firme e cautelosamente, sempre de acordo também com os nosso[s] próprios interesses. Difícil é estabelecer o equilíbrio suficiente de forma a não virmos a arrepender do caminho andado”⁷⁹. Esta atitude foi plenamente confirmada nos anos subsequentes pela evolução das políticas de envolvimento construtivo e de cooperação entre ambas administrações da ilha de Timor.

Uma das áreas onde notou uma significativa mudança foi no domínio dos conflitos transfronteiriços: o governo central da Indonésia não procedeu à redemarcação da fronteira. Quando o cônsul António d’Oliveira Pinto da França interpelou Koesto, do *Departemen Luar Negeri*, sobre os ajustamentos a serem realizados junto à fronteira do enclave de Oecusse-Ambeno, o diplomata indonésio “perguntou se eu achava realmente necessária tal redemarcação dadas [as] actuais boas relações entre [os] dois lados [de] Timor e que se afigurava melhor uma solução local [do] problema”⁸⁰. O cônsul português interpretou esta atitude como a confirmação da sua suspeita que o “Governo [da] Indonésia teria concluído que para [o] seu objectivo imediato – eliminar [a] situação que pudesse conduzir [a

⁷⁷ “Apontamento secreto n.º 677, intitulado ‘A situação na província de Timor’, de autoria de Leonel Banha da Silva, Beltrão Loureiro, José Catalão e Silva Pinto, de finais de 1967, p. 15”, MU/GNP/SR:160/Cx. 9S, AHU, Lisboa.

⁷⁸ “Anexo ao apontamento secreto n.º 677, ‘sobre: VII – Relações de vizinhança com o Timor indonésio’, de autoria de Silva Pinto, de finais de 1967, p. 6”, MU/GNP/SR:160/Cx. 9S, AHU, Lisboa.

⁷⁹ *Ibid.*, pp. 4 e 5.

⁸⁰ “Telegrama n.º 63 do cônsul de Portugal em Jacarta, de 12 de Outubro de 1967, p. 1” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: geral, 1967-68”, PAA M. 1161, AHDMNE, Lisboa.

uma] confrontação com Portugal prejudicaria [a] actual política externa [da] Indonésia – seria [a] solução mais económica [do] que [a] redemarcação [da] fronteira[, a] estabelecer estreitas relações comerciais e turísticas Kupang-Díli[, que,]simultaneamente[,] serviriam [a] recuperação económica [da] Indonésia”⁸¹.

Na realidade, António d’Oliveira Pinto da França começou a ser recebido por um crescente número de influentes políticos e militares em 1968, o que o levou a observar para o Palácio das Necessidades que esta situação criava “a impressão que o Governo indonésio nos assegura um tratamento ‘*de facto*’ equivalente ao dado aos Chefes das Missões diplomáticas”⁸².

Atendendo a este ambiente de grande proximidade, a administração portuguesa prometeu “dar toda a colaboração” ao governo de NTT para “que não fosse permitida a possível entrada de indonésios vindo de Wakassar, Sulawesi e Kalimantan” em Timor. O pretexto invocado foi que os indonésios provenientes daquelas três regiões “‘pretenderiam comprometer as actuais boas relações existentes’ entre os dois territórios”⁸³. As relações entre as duas capitais de Timor intensificaram-se tanto que uma informação secreta do gabinete dos Negócios Políticos do ministério do Ultramar reconhecia:

“... o Governo da Província não se tem, desde sempre, cansado a esforços no sentido de que as relações entre o Timor Português e o Timor Indonésio, se continuem a processar, como ultimamente se tem verificado, num clima de mútua compreensão e de boa vizinhança, de ‘modo a que elas ‘garantam’ o respeito recíproco de interesses territoriais e políticos’”⁸⁴.

As relações melhoraram, também, com outras regiões da Indonésia com fortes laços histórico-culturais e religiosos a Portugal. Neste âmbito, o cônsul de Portugal em Jacarta, António d’Oliveira Pinto da França, foi convidado formalmente a visitar as Molucas pelo seu governador, entre os dias 14 e 24 de Abril de 1967. Após a digressão por esta província, o governador G.J. Latumahina mostrou-se interessado

⁸¹ *Ibid.*, pp. 1-2.

⁸² “Ofício n.º 68DG5/1 do cônsul de Portugal em Jacarta, de 13 de Março de 1968” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: restabelecimento de relações diplomáticas, 1967-72”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

⁸³ “Apontamento secreto n.º 685, proc.º E-07-04, intitulado ‘A situação em Timor’, de autoria de José Catalão, de 22 de Março de 1968, p. 20”, MU/GNP/SR:160/Cx. 9S, AHU, Lisboa.

⁸⁴ “Informação secreta n.º 2546, proc.º E-07-15-28, de autoria de José Catalão, de 18 de Maio de 1968, p. 5”, MU/GNP/SR:164/Cx. 16S, AHU, Lisboa.

que Portugal concedesse “duas bolsas [de] estudo para pesquisas históricas a estudantes [da] Universidade [de] Ambeno”⁸⁵. Posteriormente, numa circunstanciada informação de serviço, o representante consular propôs um intenso programa cultural português na Indonésia⁸⁶ e defendeu celeridade no processo de decisão relativamente ao estabelecimento da carreira aérea Darwin-Díli-Bali⁸⁷.

Antes do final do ano, o novo bispo de Díli, D. José Joaquim Ribeiro⁸⁸, conseguiu esclarecer uma desinformação⁸⁹ javanesa acerca de uma alegada entrega pacífica do Timor Português à Indonésia, por parte do seu antecessor no cargo (Duarte, 1981, p. 20). Aquando da sua visita pastoral ao enclave de Oecusse-Ambeno, na primeira semana de Dezembro de 1967, o prelado de Díli efectuou uma visita ao seu homólogo

⁸⁵ “Telegrama n.º 47 do cônsul de Portugal em Jacarta, António d’Oliveira Pinto da França, de 1 de Julho de 1967” in “Relações políticas de Portugal com as Molucas: geral, 1967”, PAA M. 1177, AHDMNE, Lisboa.

⁸⁶ Foram aventadas como eventuais possibilidades a restauração do Palácio da Água Taman Sari, em Jogjakarta, a concessão de duas bolsas de estudo, a reprodução de documentos históricos existentes nos arquivos portugueses sobre a Indonésia e as Molucas, o envio de um técnico português para proceder ao levantamento da influência cultural portuguesa e a concessão de uma bolsa de estudos a um sacerdote ou a um leigo natural da ilha das Flores para estudar a administração e a evangelização portuguesa daquela ilha (“Informação de serviço ‘apontamento sobre os caminhos mais importantes abertos a uma acção portuguesa na Indonésia’, de António d’Oliveira Pinto da França, de 17 de Junho de 1968, pp. 1-4” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: geral, 1967-68”, PAA M. 1161, AHDMNE, Lisboa). As propostas não foram, porém, avante. A incapacidade do Estado português em apoiar a recuperação do palácio em apreço durante três décadas e meia contribuiu para que o projecto de recuperação do complexo das piscinas do Palácio Taman Sari fosse levado a cabo pela Fundação Calouste Gulbenkian, no âmbito do programa de “subsídios” para a recuperação do “património histórico português no estrangeiro”, tendo as obras tido início em 2003 (http://www.gulbenkian.pt/v1/relatorio2003/7_estrangeiro.pdf, p. 129, consultado em 14 de Novembro de 2005; Garcia, 2003, p. 77) e sido concluídas no ano seguinte (http://www.gulbenkian.org/fundacao/FCG_Relatorio_04.pdf, pp. 122-123; consultado em 14 de Novembro de 2005).

⁸⁷ “Informação de serviço ‘apontamento sobre os caminhos mais importantes abertos a uma acção portuguesa na Indonésia’, de António d’Oliveira Pinto da França, de 17 de Junho de 1968, pp. 4-5” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: geral, 1967-68”, PAA M. 1161, AHDMNE, Lisboa.

⁸⁸ Natural de Degolados, concelho de Campo Maior, distrito de Portalegre. Bispo auxiliar da diocese de Évora desde 1958. Nomeado bispo coadjutor de Díli, com direito de sucessão, em Julho de 1965. Chegou a Baucau em 16 de Fevereiro de 1966 para exercer as funções para que havia sido nomeado pelo papa Paulo VI (“A diocese de Díli”, *Seara: Suplemento Semanal do Boletim Eclesiástico da Diocese de Díli*, 3.ª Série, ano 1, n.º 6 [23 de Fevereiro de 1966], p. 1). Assumiu as funções de prelado em 31 de Janeiro de 1967 com a resignação do bispo D. Jaime Garcia Goulart (Cardoso, 1999, p. 351). Em 22 de Outubro de 1977 pediu exoneração do cargo. Faleceu em Évora, em 27 de Julho de 2002 (<http://www.catholic-hierarchy.org/bishop/bribj.html>; consultado em 14 de Novembro de 2005).

⁸⁹ Entendemos este conceito como “informação falsa, dada no propósito de confundir ou induzir a erro” (Houaiss, 2003, p. 1912). Num estudo sobre a estratégia soviética de desinformação, Shultz e Godson argumentaram que esta tinha como objectivo primordial “to manipulate target persons and groups to believe in the veracity of the message and consequently to act in the interests of the nation conducting the operation” (p. 18).

de Atambua, em NTT, o bispo Theodorus van den Tillart, S.V.D., em 12 de Dezembro. Durante o encontro, o último confidenciou-lhe que quando o ex-chefe de Estado Sukarno, influenciado pelo *Partai Komunis Indonesia* – PKI (Partido Comunista da Indonésia), tentou afastar ministros católicos do novo governo⁹⁰, o *Partai Katolik* (Partido Católico)⁹¹ realizou, com o apoio dos meios eclesiásticos em Jacarta, uma reunião para “encontrar uma decisão que pudesse cativar, de novo, as graças do presidente, e que por ele fosse considerada de interesse nacional, assim como pelo próprio Partido Comunista, a fim de manterem no novo governo elementos católicos”⁹². Na referida reunião foi decidido nomear uma comissão de dois prelados, o de Ende e o de Atambua, para diligenciarem junto do bispo de Díli, D. Jaime Garcia Goulart, “para que, por sua proposta, o Governo do Timor Português fizesse a entrega pacífica desta Província à República da Indonésia, o que evitaria o derramamento de sangue quando da sua futura e segura ocupação”⁹³. De acordo com D. Theodorus van den Tillart, tanto ele como o arcebispo de Ende, D. Gabriel Manek, S.V.D., “recusaram a tarefa de que pretenderam encarregá-los sob a alegação de que, como católicos, não deveriam interferir nos assuntos políticos que só ao Estado Indonésio competia resolver”⁹⁴.

A informação prestada pelo prelado de Atambua merecia toda a confiança, pois era um apreciador da presença portuguesa na região. Ano e meio depois de ter revelado ao seu colega português o teor da proposta do *Partai Katolik* realizou uma visita pastoral ao Timor Português, a convite de D. José Joaquim Ribeiro, entre os dias 20 de Maio e 4 de Junho de 1968. Durante a sua deslocação “não escondeu a

⁹⁰ No dia 6 de Março de 1962 tomou posse o “*Third Working Cabinet*”, que durou até 13 de Novembro de 1963, tendo a direcção do *Partai Katolik* recebido a perca de influência ministerial, pois nas eleições para a Assembleia Constituinte de 1955, o último acto eleitoral efectuado durante o regime de Sukarno, obteve 2.0% dos votos expressos nas urnas, o que correspondeu a 10 assentos parlamentares, ou seja, a 1.9% do número de deputados (Rüland, 2001, p. 98).

⁹¹ O *Partai Katolik* era chefiado desde 1961 por Franciscus Xaverius Seda (<http://www.tokohindonesia.com/ensiklopedi/f/frans-seda/index.shtml>; consultada em 25 de Novembro de 2005). Na realidade este dirigente político proveniente da ilha das Flores foi nomeado ministro da Silvicultura em 13 de Novembro de 1963, tendo exercido funções ministeriais de várias pastas ininterruptamente durante aproximadamente 10 anos, até ser nomeado embaixador da Indonésia na Bélgica, no Luxemburgo e junto das Comunidades Europeias em 1973. Exerceu este cargo até 1976 (*Ibid.*)

⁹² “Relatório n.º 17/67-G.U., confidencial, do chefe da subdelegação de Timor da PIDE, inspector João Lourenço, de 2 de Janeiro de 1968”, PIDE/DGS, “GU-Timor”, SC/CI(2)-DSI-2.ª, Pt. 5, N.T. 8975, fl. 343, IAN/TT, Lisboa.

⁹³ *Ibid.*

⁹⁴ *Ibid.*

sua admiração pelo que viu, ficando deveras impressionado com o ambiente de calma e confiança que reina por toda a Província, admirando-se, sobretudo, da maneira como os nativos se aproximam dos brancos e com eles conversam abertamente e sem quaisquer espécies de reserva, ou complexo, o que não acontece no território vizinho”⁹⁵.

A intensificação das relações bilaterais reflectiram-se num documento oficial português e na tentativa de um diplomata indonésio de persuadir o seu ministro a restabelecer relações diplomáticas com Portugal. De acordo com o comandante militar de Timor, coronel Andreas Ribeiro Scapinakis, o Timor Português poderia usufruir desta boa conjuntura “enquanto a Indonésia não resolver os seus problemas internos, se mantenha um clima de paz, o que convém à parte indonésia de Timor, pelos benefícios económicos que daí lhe poderão advir”⁹⁶. Por outro lado, abandonou a rigidez formal portuguesa acerca das intenções e atitudes dos decisores políticos da Indonésia em relação ao Timor Português e admitiu que a ocorrência de incidentes na fronteira não reflectiam o interesse de anexação de Timor por parte do governo central da Indonésia⁹⁷.

Não obstante ter usado o tema da “integração pacífica” do Timor Português na Indonésia para ascender a ministro da Silvicultura do regime de Sukarno, Franciscus Xaverius Seda autoconvidou-se para visitar Portugal, nomeadamente Lisboa e Fátima, entre os dias 9 e 11 de Setembro de 1968. Todavia, o novo ministro indonésio das Comunicações reiterou junto do cônsul português em Jacarta que “não fosse dada muita publicidade [à] sua visita a Portugal[,] nem lhe fosse atribuído carácter oficial”⁹⁸. Com o objectivo de reforçar a imagem de Portugal junto deste dirigente político católico indonésio, o cônsul António d’Oliveira Pinto da França recomendou “haver interesse [em] proporcionar [ao] Ministro Seda [o] melhor acolhimento [e] se possível pondo carro [à] disposição e pagando [o] hotel”⁹⁹. Aproveitou a ocasião para solicitar rapidez na atribuição de uma bolsa de estudo a um natural da ilha das Flores

⁹⁵ “Relatório n.º 8/68-GU do chefe da subdelegação de Timor da PIDE, inspector João Lourenço, de 1 de Julho de 1968”, PIDE/DGS, “GU-Timor”, SC/CI(2)-DSI-2.ª, Pt. 6, N.T. 8976, fl. 817, IAN/TT, Lisboa.

⁹⁶ “Perintrep n.º 3/68, confidencial, referido ao período de 1 a 31 de Março de 1968, p. 15” in “Remessa de Perintrep”, Fundo MU/GM/GNP/E-07-14, A. 1, G. 2, M. 247, AHDMNE, Lisboa.

⁹⁷ *Ibid.*, p. 16.

⁹⁸ “Telegrama n.º 29 do cônsul de Portugal em Jacarta, de 27 de Agosto de 1968” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: geral, 1967/68”, PAA M. 1161, AHDMNE, Lisboa.

⁹⁹ *Ibid.*

para a realização de um estudo sobre a administração e evangelização da ilha em apreço, pedida pelo bispo de Larantuka, Antoine Hubert Thijssen, S.V.D., por parte do Palácio das Necessidades e da Junta de Investigações do Ultramar, de forma a que pudesse ser formalmente comunicada ao ministro Seda durante a visita¹⁰⁰. Por razões que desconhecemos, o ministro Seda permaneceu na região de Lisboa entre os dias 9 e 10 de Setembro de 1968, e não chegou a efectuar a deslocação a Fátima.

Apesar da intensificação das relações bilaterais, os meios oficiais portugueses, tanto de Lisboa como de Díli, cometeram um sério deslize político-diplomático. O governador de NTT, coronel El Tari, convidou as mais destacadas personalidades da administração portuguesa, nomeadamente, o governador, o chefe dos serviços da Administração Civil e os comandantes militar, naval e da PSP, assim como as suas respectivas esposas, e outros proeminentes civis a realizarem uma visita a Kupang, entre os dias 3 e 7 de Outubro de 1968, para participarem nas comemorações do dia das ABRI, que são assinaladas no dia 5 de Outubro¹⁰¹. A visita foi autorizada pelo ministro do Ultramar Silva Cunha. Atendendo, porém, à difusão pela Emissora Nacional, no seu boletim noticioso das 9h00, do dia 7 de Setembro de 1968, da intervenção cirúrgica a que fora submetido Salazar (Nogueira, 1985, p. 399), o governador, brigadeiro José Nogueira Valente Pires, “consultou novamente o Ministério do Ultramar e recebeu instruções no sentido de adiar, *sine die*, a anunciada visita”¹⁰². Não obstante a Rádio Kupang ter transmitido a notícia do prorrogamento da visita e da razão que a fundamentava, nas suas emissões do dia 28 de Setembro de 1968¹⁰³, esta decisão “não foi compreendida, nem bem aceite, até agora pelas autoridades indonésias”, de acordo com o governador Fernando Alves Aldeia¹⁰⁴.

¹⁰⁰ *Ibid.*

¹⁰¹ As ABRI foram instituídas no dia 5 de Outubro de 1945, isto é, três semanas após a proclamação unilateral da independência por parte dos nacionalistas indonésios. As suas raízes remontam, contudo, às milícias nacionalistas organizadas logo após a rendição do Japão (<http://www.rand.org/publications/MR/MR1599/MR1599.ch2.pdf>; consultada em 25 e Novembro de 2005).

¹⁰² “Relatório n.º 13/68-GU, confidencial, do chefe da subdelegação de Timor da PIDE, inspector João Lourenço, de 30 de Setembro de 1968”, PIDE/DGS, “GU-Timor”, SC/CI (2)-DSI-2.ª, Pt. 6, N.T. 8976, fl. 612, IAN/TT, Lisboa.

¹⁰³ “Perintrep n.º 10/68, confidencial, referente ao período de 1 a 31 de Outubro de 1968, do comandante militar do Timor Português, coronel Andreas Ribeiro Scapinakis”, PIDE/DGS, “GU-Timor”, SC/CI(2)-DSI-2.ª, Pt. 6, N.T. 8976, fl. 505, IAN/TT, Lisboa.

¹⁰⁴ “Relatório, secreto, respeitante à ‘Situação em Timor’, do encarregado do governo, tenente-coronel Fernando Alves Aldeia, de 28 de Novembro de 1971, p. 2” in “Relatórios”, Fundo MU/GM/GNP/E-07-14, A. 1, G. 2, M. 248, AHDMNE, Lisboa.

A despeito desta falha, durante a audiência de recepção do novo governador-geral da Austrália, Paul Hasluck, ao corpo diplomático estrangeiro em Camberra, no dia 7 de Maio de 1969, o embaixador da Indonésia, general Raden Hidayat, informou o encarregado de negócios da embaixada portuguesa que tinha escrito uma carta particular a Adam Malik, que considerou ser seu “amigo íntimo, com [a] intenção de reforçar [a] possibilidade [de] restabelecimento [de] relações com Portugal”¹⁰⁵.

As relações bilaterais alcançaram um novo patamar de cooperação com deslocação e exibição de touradas à portuguesa e com touros de morte em Jacarta, entre 22 de Abril e 7 de Maio de 1969. A convite da Fundação *Gadjah Mada* e do consulado de Portugal um grupo de 15 toureiros portugueses, pertencentes ao empresário Alfredo da Silva Ovelha, realizou uma série de exibições tauromáquicas na capital javanesa¹⁰⁶. O ministro da presidência para os assuntos políticos e dos Negócios Estrangeiros, Adam Malik, juntou com os toureiros na residência do cônsul de Portugal, no dia 22 de Abril de 1969. O presidente Suharto e a sua mulher, assim como um número significativo de membros do governo indonésio e do corpo diplomático estrangeiro assistiram à festa tauromáquica, no dia 26 de Abril de 1969¹⁰⁷. Quatro dias depois, o general Abdul Haris Nasution, presidente da *Majelis Permusyawaratan Rakyat* (Assembleia Popular Consultiva), o parlamento decorativo do regime, recebeu em audiência os toureiros na sua residencial oficial. Enquanto o presidente Suharto e a sua mulher receberam os toureiros e o cônsul português no Palácio presidencial *Merdeka*, no dia 7 de Maio de 1969, tendo nesta ocasião o chefe de Estado da Indonésia sido obsequiado com a oferta do cavalo “Discardos”¹⁰⁸. Na opinião do cônsul António d’Oliveira Pinto da França as “[t]ouradas portuguesas constituíram propaganda espantosa nesta cidade. Durante semanas esta imprensa [e] televisão estiveram cheias [de] referências [a] Portugal e [as] conversas diárias abordavam [o] nosso país”¹⁰⁹.

¹⁰⁵ “Telegrama n.º 48 do encarregado de negócios de Portugal em Camberra, José Eduardo de Melo Gouveia, de 8 de Maio de 1969, pp. 2-3” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: restabelecimento de relações diplomáticas, 1967-72”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

¹⁰⁶ Mohammad Hamid, “A talk with a bullfighter turned impressario: ‘Sure, sure... Indonesians will love the bullfights’”, *Indonesian Observer* [Jacarta], (16 de Abril de 1969), p. 1.

¹⁰⁷ “Pres. Soeharto Attends Bullfight”, *The Djakarta Times* (28 de Abril de 1969), p. 1.

¹⁰⁸ “‘Discardos’ for President”, *The Djakarta Times* (8 de Maio de 1969), p. 1.

¹⁰⁹ “Telegrama n.º 34 do cônsul de Portugal em Jacarta, de 29 de Abril de 1969” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: geral, 1969-1970”, PAA M. 1161, AHDMNE, Lisboa.

A proximidade bilateral assumiu níveis tão elevados que se chegou a observar uma “visita” inesperada de destacados membros da administração da Indonésia a Timor. As péssimas condições da pista do aeródromo de Atambua, “devido aos últimos temporais”, impediram aeronaves de aterrar. No dia 23 de Abril de 1970 compareceram em Díli, o governador de NTT, coronel El Tari, o presidente do *Dewan Perwakilan Rakyat* – DPR (Câmara dos Representantes da Indonésia), H.A. Sjaichu, e o presidente do conselho legislativo de NTT, Marcellinus A. Gomes, mais 6 funcionários¹¹⁰. De imediato o governador de Timor recebeu o seu homólogo e o presidente do conselho legislativo provincial de NTT para lhes manifestar o seu empenho no incremento das trocas comerciais bilaterais¹¹¹ e disponibilizou um pequeno avião *Dove* para o seu regresso a Kupang no mesmo dia¹¹².

Poucas semanas depois, Beng Mang Reng Say¹¹³, vice-presidente da *Majelis Permusyawaratan Rakyat*, realizou uma visita particular a Portugal, entre os dias 19 e 21 e Maio de 1970¹¹⁴. Acompanhado pela sua esposa D. Maria Joesefá Ximenes da Silva Say¹¹⁵,

¹¹⁰ “Relatório n.º 7/70-GU, confidencial, da subdelegação de Timor da PIDE/DGS, de 30 de Abril de 1970, p. 12” in “Relatórios”, Fundo MU/GM/GNP/E-07-14, A. 1, G. 2, M. 248, AHDMNE, Lisboa; “Ofício n.º 2212/QQ-14, confidencial, do director do gabinete dos Negócios Políticos do ministério do Ultramar, Ângelo dos Santos Ferreira, para o director-geral dos Negócios Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros, Gonçalo Caldeira Coelho, de 12 de Maio de 1970, p. 1” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: visitas – geral, 1967/72”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

¹¹¹ “Ofício n.º 2212/QQ-14, confidencial, do director do gabinete dos Negócios Políticos do ministério do Ultramar, Ângelo dos Santos Ferreira, para o director-geral dos Negócios Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros, Gonçalo Caldeira Coelho, de 12 de Maio de 1970, p. 2” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: visitas – geral, 1967/72”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

¹¹² “Relatório n.º 7/70-GU, confidencial, da subdelegação de Timor da PIDE/DGS, de 30 de Abril de 1970, p. 13” in “Relatórios”, Fundo MU/GM/GNP/E-07-14, A. 1, G. 2, M. 248, AHDMNE, Lisboa.

¹¹³ Natural da ilha das Flores e dirigente do Partido Católico da Indonésia (“Telegrama n.º 27 do cônsul de Portugal em Jacarta, de 25 de Março de 1970” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: atitude de Beng Mang Reng Say, vice-presidente do congresso – sua visita ao continente acompanhado de sua mulher, 1970”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa). De acordo com o consulado português em Jacarta o vice-presidente da MPR gozava de uma “posição entre [a] mais alta hierarquia [da] Indonésia[,] acima [de] ministros” (“Telegrama n.º 41 do consulado de Portugal em Jacarta, de 29 de Abril de 1970” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: atitude de Beng Mang Reng Say, vice-presidente do congresso – sua visita ao continente acompanhado de sua mulher, 1970”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa).

¹¹⁴ “Está em Lisboa o vice-presidente do congresso da Indonésia”, *Diário de Notícias* [Lisboa], ano 106, n.º 37.429 (20 de Maio de 1970), p. 2; “Vice-presidente do Congresso da Indonésia”, *O Século* [Lisboa], ano 90, n.º 31.641 (20 de Maio de 1970), p. 2”; “Encontra-se em Lisboa o vice-presidente do governo da Indonésia”, *Diário da Manhã* [Lisboa], ano 40, n.º 13.946 (20 de Maio de 1970), p. 8.

¹¹⁵ Filha do rajá de Sika, Flores, “família que foi a tradicional aliada de Portugal durante três séculos” (“Telegrama n.º 41 do consulado de Portugal em Jacarta, de 29 de Abril de 1970” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: atitude de Beng Mang Reng Say, vice-presidente do congresso – sua visita ao continente acompanhado de sua mulher, 1970”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa).

visitaram os principais monumentos na área metropolitana de Lisboa e o santuário de Fátima, onde participaram numa missa. Ambos “mostraram-se encantados com a hospitalidade com que foram recebidos [...] O Sr. Say demonstrou grande interesse e conhecimento por tudo que o que se prendia com a nossa História, especialmente com a expansão portuguesa. Referiu o orgulho que sua mulher e ele próprio sentiam em se considerarem descendentes de portugueses”¹¹⁶. Quando regressou a Jacarta, o vice-presidente Say comunicou ao cônsul António d’Oliveira Pinto da França a sua “viva gratidão [pela] forma [como] foi recebido [em] Portugal. Afirmou ter sido [a] estadia mais agradável entre [os] 16 países [que] visitou”¹¹⁷.

Entretanto, o subsecretário de Estado da Administração Ultramarina, comandante Sacramento Monteiro, realizou uma visita de trabalho de 21 dias a Timor, entre 21 de Maio e 11 de Junho. Aquando da sua chegada a Lisboa, no dia 16 de Junho, este membro do governo declarou à comunicação social que “[o]s portugueses de Timor olham o futuro com a maior confiança e continuam a trabalhar em ambiente de tranquilidade, que caracteriza a sua tradicional maneira de viver, pelo progresso da terra que lhes serviu de berço”¹¹⁸.

No dia 7 de Junho de 1970 em face de uma queixa pela morte de dois búfalos apresentados por dois nativos do Timor Português, ao inspector da polícia de Boas, Atambua, NTT, este procedeu à detenção dos timorenses ocidentais responsáveis pelas referidas mortes e “mandou-os amarrar pelas mãos e coxas e pendurá-los. Depois, foram os mencionados indonésios chicoteados com ramos de uma trepadeira espinhosa, (Mocoró, em Tetum), tendo ficado os castigados com o corpo

¹¹⁶ “Informação de serviço sobre a ‘visita do vice-presidente do Congresso da Indonésia, Senhor Beng Mang Reng Say’, de autoria de Pedro Vasconcelos e Castro, da repartição da África, Ásia e Oceânia da direcção-geral dos Negócios Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros, de 22 de Maio de 1970, p. 2” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: visitas – geral, 1967/72”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

¹¹⁷ “Telegrama n.º 71 do consulado de Portugal em Jacarta, de 8 de Julho de 1970” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: atitude de Beng Mang Reng Say, vice-presidente do congresso – sua visita ao continente acompanhado de sua mulher, 1970”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

¹¹⁸ “A viagem do subsecretário da Administração Ultramarina à Província de Timor”, *Diário de Notícias* [Lisboa], ano 106, n.º 37.456 (17 de Junho de 1970), p. 7; “Regressou de Timor o subsecretário de Estado da Administração Ultramarina”, *O Século* [Lisboa], ano 90, n.º 31.668 (17 de Junho de 1970), p. 2; “Os portugueses de Timor olham o futuro com a maior confiança e continuam a trabalhar pelo progresso da terra que lhes serviu de berço – afirmou o comandante Sarmiento Monteiro no regresso da visita de trabalho àquela província”, *Diário da Manhã* [Lisboa], ano 40, n.º 13.972 (17 de Junho de 1970), p. 1.

cheio de sangue que salpicou até para o chão”¹¹⁹. Perante a estranheza manifestada pelos timorenses orientais face a tão cruel castigo, o referido inspector da polícia argumentou: “isto é para eles aprenderem; tenho trabalhado para as relações de boa vizinhança e são estes que nos vêm estragar”¹²⁰. O referido inspector marcou, também, um futuro encontro com as autoridades fronteiriças do Timor Português a fim de proceder ao pagamento da indemnização pela morte dos animais¹²¹.

A conjuntura política tinha melhorado tanto que o diplomata Vírgilio Armando Martins Janeira, embaixador de Portugal em Tóquio e antigo cônsul de Portugal em Sydney entre 1949 e 1952, num extenso ofício enviado ao presidente do Conselho, Marcello Caetano, sobre as perspectivas que se desenhavam para o futuro dos distantes e exíguos territórios de Macau e de Timor, estabeleceu uma relação directa entre a consolidação do regime de Suharto e a estabilidade política verificada em Timor. Porém, não se inibiu de alertar para o potencial perigo que representava a modernização da Indonésia para o futuro da colónia portuguesa. Na sua opinião:

“Quanto a Timor, parece que a situação política na Indonésia não dá sinal de alterar-se num futuro próximo, apesar da posição de Suharto não ser sólida. O regime faz esforços para sair do colapso económico em que a megalomania de Sukarno lançou o país, e a posição do Presidente depende do êxito desta política. O sentimento aqui [, no Japão,] é que a estabilidade de Timor perigará com o progresso da Indonésia e de que quanto mais o regime se firmar e for capaz de promover o desenvolvimento técnico mais nacionalista se tornará, e menos tendente a permitir metade da Ilha em mãos estrangeiras”¹²².

Apesar desta céptica avaliação, o ambiente político entre Jacarta e Lisboa, por um lado, e Kupang e Díli, por outro, desanuviou-se tanto, que se reflectiu na atitude oficial da Indonésia em relação ao movimento nacionalista islâmico-malaio

¹¹⁹ “Ofício n.º 3582/E-7-15-4, confidencial, do director do Negócios Políticos do ministério do Ultramar, Ângelo dos Santos Ferreira, para o director-geral dos Negócios Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros, Gonçalo Caldeira Coelho, de 31 de Julho de 1970” in “Relações Políticas de Portugal com a Indonésia: atitude da Indonésia perante o movimento ‘União da República de Timor’, 1965-1970”, PAA M. 1163, AHDMNE, Lisboa.

¹²⁰ *Ibid.*

¹²¹ *Ibid.*

¹²² Arquivo Histórico Municipal de Cascais “Ofício do embaixador de Portugal em Tóquio, Vírgilio Armando Martins Janeira, para o presidente do conselho, Marcello Caetano, de 9 de Junho de 1971, p. 4”, PSS – EMAJ, Cx. 6, 488, AHMC, Cascais.

timorense, a *União da República de Timor* (URT)¹²³, e no acentuado incremento das visitas bilaterais. Na sequência do envio de um ofício pela presidência central da URT ao secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), U Thant, a protestar contra a ocupação portuguesa de Timor-Díli, a averbar que os timorenses eram “badly treated”, a apelar à sua autodeterminação “as soon as possible” e a exortar à apresentação do documento em apreço à respectiva Comissão dos Direitos Humanos, o presidente Suharto deu instruções, em Março de 1971, para se proceder ao encerramento da sede da referida organização em Jacarta (Fernandes, 2005a, p. 404). A decisão de Sukarno contribuiu para que o ministério australiano dos Negócios Estrangeiros considerasse que não existia um sério movimento nacionalista timorense na informação de serviço que elaborou para o primeiro-ministro trabalhista, Edward G. Whitlam (Way, 2000, p. 44), e defendesse que “the status quo in Portuguese Timor suits Indonesian interests”, em 30 de Maio de 1973 (Ibid., p. 45).

Entretanto, importantes actores políticos internos indonésios realizaram visitas ao Timor Português. No dia 3 de Julho de 1971, o ministro indonésio dos Transportes, Franciscus Xaverius Seda, realizou uma visita particular à vila de Pante Makassar, capital do enclave de Oecusse-Ambeno. A comitiva incluía cerca de 20 pessoas, entre os quais o administrador do distrito de Kefamenanu¹²⁴.

Por outro lado, um grupo de magistrados indonésios, procedentes de Denpasar e de Kupang, em trânsito para Atambua, para participarem na inauguração de um tribunal local, passaram por Timor-Leste, em Outubro de 1971. Durante a sua estadia de dois dias, os magistrados indonésios foram recebidos pelo representante do encarregado do governo de Timor, alferes miliciano Ângelo Correia, e pelos seus homólogos portugueses, assim como foram obsequiados com um “jantar íntimo” na residência oficial do encarregado do governo de Timor¹²⁵.

A atitude moderada e pragmática de Jacarta voltou a surgir por ocasião de um conflito fronteiriço entre Timor-Leste e NTT, ostensivamente causado por

¹²³ Esta organização foi fundada em 2 de Novembro de 1960 e proclamou a “independência de Timor-Díli”, em 9 de Abril do ano seguinte (Fernandes, 2005a, pp. 365, 369 e 417).

¹²⁴ “Ofício n.º 4806/E-07-15 do director do gabinete dos Negócios Políticos do ministério do Ultramar, Ângelo dos Santos Ferreira, para o director-geral dos Negócios Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros, Gonçalo Caldeira Coelho, de 16 de Agosto de 1971” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: visitas – geral, 1967/72”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

¹²⁵ “Individualidades indonésias visitaram Timor”, *Diário de Notícias*, ano 107, n.º 37.934 (16 de Outubro de 1971), p. 14.

“deslocações de gado”, em Fevereiro de 1972. O ministro indonésio dos Negócios Estrangeiros, Adam Malik, deu garantias políticas ao cônsul de Portugal em Jacarta, Manuel Lopes da Costa, “que a Indonésia não tem reivindicações territoriais, relativamente ao Timor português, e afirmou que os recontros entre elementos da população dos dois lados não têm o menor motivo político”¹²⁶. Numa tentativa para minimizar os incidentes, Adam Malik destacou à imprensa que os acasos “resultam de questões sobre as deslocações de gado, que pasta de um lado ou do outro, em ocasiões de seca, e frequentemente degeneram em recontros”¹²⁷. Para desdramatizar a situação, o chefe da diplomacia indonésia prometeu realizar uma visita à ilha de Timor, acompanhado pelo cônsul de Portugal em Jacarta, possivelmente em Maio¹²⁸.

Sintomático da crescente aproximação foi a concordância do governo da Indonésia com a proposta do governo português para elevar o estatuto da representação consular portuguesa em Jacarta de mero consulado para consulado-geral, em Março de 1972¹²⁹. Esta decisão representava o reconhecimento da crescente reconciliação entre os dois países, como, também, o gradual abandono da decisão de 1965 de reduzir os contactos bilaterais a meras relações consulares (Fernandes, 2001, pp. 30-37).

Na sequência desta decisão, o director do Centro de Informação e Turismo de Timor, alferes miliciano Ângelo Correia, publicou um *Suplemento no Boletim Noticioso* exclusivamente dedicado à Indonésia e encomiástico do regime de Suharto. Como é da praxe em publicações desta natureza, incluía uma entrevista com o cônsul da Indonésia em Díli. De acordo com Abdul Salam Gani:

“As pessoas dos dois lados deveriam conhecer-se melhor. Intercâmbio desportivo e cultural, afluxo turístico das pessoas de ambas as partes e uma conduta de cooperação, que traria vantagens mútuas, estas são entre outras coisas, na minha opinião pessoal, factores que poderiam contribuir para o estreitamento das já existentes boas relações entre Timor Português e a província de *Nusa Tenggara Timur*”¹³⁰.

¹²⁶ “A Indonésia não tem reivindicações territoriais relativamente ao Timor português”, *Diário de Notícias*, ano 108, n.º 38.059 (22 de Fevereiro de 1972), p. 2; “A Indonésia não reivindica o território português de Timor”, *O Século*, ano 92, n.º 32.271 (22 de Fevereiro de 1972), p. 6.

¹²⁷ *Ibid.*

¹²⁸ *Ibid.*

¹²⁹ “Aerograma n.º A-8 do cônsul-geral de Portugal em Jacarta, Manuel Lopes da Costa, de 11 de Agosto de 1972” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: restabelecimento de relações diplomáticas, 1967-72”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

¹³⁰ “Entrevista com o cônsul da Indonésia em Díli, Sr. Abdul Salam Gani”, *Suplemento: Boletim Noticioso do Centro de Informação e Turismo de Timor*, n.º 8 (23 de Março de 1972), p. 6.

Entretanto, uma caravana desportiva de Kupang, composta por 40 elementos e 36 acompanhantes, deslocou-se a Díli para participar numa série de torneios nas modalidades de futebol, basquetebol, ténis e ténis de mesa. Presidida pelo administrador de Kupang, Willem Oematan, a excursão esteve na capital do Timor Português entre os dias 25 e 30 de Maio de 1972. Na cerimónia de boas vindas, Manuel Viegas Carrascalão, presidente, em exercício, da Câmara Municipal de Díli e da Associação Comercial, Agrícola e Industrial de Timor, sublinhou no seu discurso que “no mundo conturbado em que vivemos, a amizade que liga os nossos dois países e, sobretudo as suas províncias desta maravilhosa ilha de Timor, bem pode apontar-se como exemplo de coexistência pacífica”¹³¹. Por seu turno, na audiência concedida pelo governador Fernando Alves Aldeia, o administrador de Kupang defendeu “que o desporto é um meio de estreitar as boas relações já existentes entre os dois povos e intensificar o entendimento e respeito mútuos, como nações vizinhas”¹³². No telegrama enviado ao ministro Silva Cunha, o governador Fernando Alves Aldeia comunicou que esta teve lugar “com toda [a] elevação. Foram encantados”¹³³.

Com o propósito de persuadir as autoridades centrais indonésias a resolverem a questão da delimitação da fronteira, o coronel graduado Fernando Alves Aldeia concedeu uma entrevista ao diário *Kompas*, de Jacarta, na qual se manifestou disponível à realização de conversações entre Díli e Kupang com o intuito de criar uma comissão mista luso-indonésia para se proceder à definição da linha exacta de demarcação da fronteira comum. Mostrou-se esperançado que durante as negociações fosse “estabelecida uma zona neutra na fronteira de modo a que as populações da metade portuguesa e da metade indonésia da ilha possam ali encontrar-se para intercâmbio comercial”¹³⁴. Tencionava tratar destes assuntos com

¹³¹ “Província de Timor: Centro de Informação e Turismo – Secção de Informação e Cultura, p. 1” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: Visita de uma caravana desportiva de Kupang a Díli, 1972”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

¹³² *Ibid.*, p. 2.

¹³³ “Ofício n.º 4110/E-07-12, secreto, do director do gabinete dos Negócios Políticos do ministério do Ultramar, Ângelo dos Santos Ferreira, para o director-geral dos Negócios Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros, Gonçalo Caldeira Coelho, de 7 de Junho de 1972” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: intercâmbio cultural, 1967/72”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

¹³⁴ “Incidentes fronteiriços devem ser tratados entre o governador de Timor e o ministro indonésio dos Negócios Estrangeiros que visitará Díli no mês de Julho”, *Diário de Notícias* [Lisboa], ano 108, n.º 38.150 (24 de Maio de 1972), p. 9; “O ministro indonésio vai visitar Timor”, *O Século* [Lisboa], ano 92, n.º 32.362 (24 de Maio de 1972), p. 6; “O ministro indonésio dos Estrangeiros vai visitar Timor”, *Diário Popular* [Lisboa], ano 30, n.º 10.628 (23 de Maio de 1972), p. 21.

o ministro indonésio dos Negócios Estrangeiros, Adam Malik, aquando da sua projectada visita a Díli, em Julho.

Esta atitude pragmática foi, em parte, partilhada pelo ex-cônsul de Portugal em Jacarta. António d'Oliveira Pinto da França observou no trabalho apresentado ao Palácio das Necessidades, em 27 de Junho de 1972, que a manutenção de Portugal na região “não depende em princípio de qualquer forma de orientação portuguesa” (p. 98), mas sim do facto de que “[n]o caso de Timor, nunca até agora os ditames da ideologia anti-colonialista ou do nacionalismo expansionista coincidiram com os interesses indonésios” (*Ibid.*).

O relacionamento bilateral era tão amistoso, que as autoridades portuguesas encararam com grande regozijo a renovação do mandato do coronel El Tari à frente dos destinos de NTT. Em 4 de Agosto de 1972, o ministro indonésio da Administração Interna, tenente-general Basoeqi Rachmat, reconduziu o coronel El Tari nas suas funções. As autoridades portuguesas encararam este acto como sendo bastante favorável “às relações de Portugal com a Província vizinha, por o coronel El Tari se ter revelado, do antecedente, uma individualidade bastante aberta às relações mútuas entre as províncias, particularmente nos últimos meses em que as missões de visita se intensificaram e nas quais o Governador do Timor Indonésio se mostrou bastante interessado”¹³⁵.

No âmbito da política de crescente aproximação e cooperação bilateral, uma Missão Interdepartamental da Indonésia realizou uma visita ao território, entre os dias 28 de Junho e 4 de Julho de 1972¹³⁶. Esta missão era composta por 43 indonésios. Dezasseis elementos eram altos funcionários provenientes de vários ministérios do governo central em Jacarta, enquanto os restantes integravam várias repartições provinciais do governo da NTT¹³⁷.

As conversações foram dominadas por assuntos relacionados com a segurança fronteiriça. Na reunião de trabalho entre Soosilo, secretário do ministro indonésio da Economia, e o chefe da delegação de Timor da PIDE/DGS, inspector João

¹³⁵ “Perintrep n.º 7/72: período de 01 a 31 de Agosto de 1972, p. 1” in “Relatórios”, Fundo MU/GM/GNP/E-07-14, A. 1, G. 2, M. 248, AHDMNE, Lisboa.

¹³⁶ “Relatório da visita de uma Missão Interdepartamental Indonésia, do chefe da delegação de Timor da PIDE/DGS, inspector João Lourenço, de 6 de Julho de 1972”, PIDE/DGS, “Serviços Indonésios”, Proc. n.º 236-SC/CI(2), N.T. 6982, fl. 4 e 3, IAN/TT, Lisboa.

¹³⁷ *Ibid.*, fl. 4

Lourenço, o primeiro propôs a criação de um “‘cartão de raiano’ – escrito nas duas línguas oficiais de ambos os países” para evitar a precipitação de conflitos fronteiriços e reduzir substancialmente a porosidade na fronteira comum. O inspector João Lourenço aceitou a proposta, tendo, no entanto, informado os seus interlocutores indonésios que a decisão final dependia do governo da colónia¹³⁸. Embora não fossem tratados os assuntos politicamente “sensíveis”, como a “demarcação da linha de fronteira” e a “abertura do consulado português em Kupang”, a imagem projectada junto dos funcionários indonésios foi, porém, boa. Como observou João Mesquitela:

“Ficou o governo da Província com a nítida impressão que a Comissão que visitou Timor ficou bem impressionada com tudo o que viu frisando sobretudo o progresso que verificaram na cidade, elogiando a política portuguesa pelo esforço despendido em benefício da Província e da sua população”¹³⁹.

As observações feitas pelo ministério do Ultramar foram confirmadas pelo cônsul de Portugal em Jacarta. Algures na primeira semana de Setembro de 1972, o ministro indonésio dos Negócios Estrangeiros, Adam Malik, e o director-geral da Segurança Nacional, general Soemitro (Schwarz, 1999, p. 33), informou, a título confidencial, Manuel Lopes da Costa, que o relatório apresentado pela Missão Interdepartamental da Indonésia que se tinha deslocado a Díli “era favorável a uma política de boa vizinhança e cooperação económica em Timor, devendo a nomeação do novo cônsul em Díli ser interpretada como documentativa da aprovação governamental para essa política”¹⁴⁰.

No âmbito desta orientação, o presidente Suharto nomeou para cônsul da Indonésia em Díli, o ministro-conselheiro Eliza Meskers Tomodok, subchefe do Protocolo de Estado. Na opinião do cônsul-geral de Portugal, Tomodok era um “[d]iplomata de certa idade[,] muito experiente[,] sensível [e] de grande simpatia e prestígio no corpo diplomático aqui acreditado[;] seria difícil escolher [um] diplomata indonésio com maior simpatia com Portugal. Descendente de uma das

¹³⁸ *Ibid.*

¹³⁹ “Informação secreta n.º 3559, sobre ‘visita a Timor da Comissão Interdepartamental da Indonésia’, de autoria de João Mesquitela, de 25 de Julho de 1972, p. 3”, MU/GNP/SR:164/Cx. 20S, AHU, Lisboa.

¹⁴⁰ “Ofício n.º 72/DPA/117 do cônsul de Portugal em Jacarta, Manuel Lopes da Costa, de 6 de Setembro de 1972” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: visita de uma Comissão Interdepartamental Indonésia, 1972”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

melhores famílias do leste da Indonésia[,] a dos rajás da ilha de Roti[,] quer ele[,] quer a sua mulher[,] têm a maior honra em confirmar abertamente [os] seus ascendentes portugueses”¹⁴¹. Este chegou a Díli em 24 de Novembro de 1972¹⁴².

Por outro lado, o ministro Adam Malik expressou publicamente vontade em visitar a região de fronteira entre os dois Timores, “acompanhado do cônsul de Portugal em Jacarta”, em Maio¹⁴³. Contudo, proeminentes facções no seio do governo indonésio pressionaram o chefe da diplomacia javanesa a cancelar a visita. De acordo com o cônsul-geral de Portugal, vários decisores políticos indonésios foram influenciados pelas embaixadas em Jacarta dos países comunistas, dos não-alinhados e escandinavos que tinham “procurado exercer pressões [no] sentido [de] comprometer [a] visita considerada[,] com ou sem razão[, como] factor decisivo [no] restabelecimento [de] relações diplomáticas entre Portugal e [a] Indonésia”¹⁴⁴.

A pressão contribuiu para o prorrogamento da deslocação. Adam Malik prometeu publicamente, na conferência de imprensa de 26 de Maio, que realizaria a visita no fim de Agosto ou no princípio de Setembro. Para conter eventuais censuras provenientes das facções internas declarou que durante a sua deslocação iria negociar com Portugal formas de obter apoio financeiro e técnico português para fomentar o crescimento económico do Timor indonésio¹⁴⁵.

Malik foi tão criticado pela sua intenção de visitar o Timor Português, que o seu colega de governo, o ministro da Administração Interna, tenente-general Amir Machmud, se viu na necessidade de intervir publicamente, no dia 1 de Junho de 1972. No decorrer da cerimónia de entrega de diplomas de mérito aos jornalistas

¹⁴¹ Ibid. A opinião do cônsul-geral não era, contudo, partilhada por José Ramos Horta. Este dirigente nacionalista timorense averbou que: “Tomodok era tão corrupto quanto falso. Detestava intensamente os portugueses, mas derretia-se em sorrisos e reverências, como todo o bom asiático, quando se encontrava com o governador Alves Aldeia por quem ele confessou ter verdadeira simpatia” (Horta, 1994, pp. 75-76).

¹⁴² “Relatório n.º 11/72-DU, confidencial, do chefe da delegação de Timor da PIDE, inspector João Lourenço, de 30 de Novembro de 1972”, PIDE/DGS, “GU-Timor”, SC/CI(2)-DSI-2.ª, Pt. 9, N.T. 8979, fl. 918, IAN/TT, Lisboa.

¹⁴³ Despacho n.º 121 da *Agence France-Presse* de Jacarta, de 18 de Fevereiro de 1972.

¹⁴⁴ “Telegrama n.º 37 do cônsul-geral de Portugal em Jacarta, de 26 de Maio de 1972” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: restabelecimento de relações diplomáticas e consulares, 1972/1975”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

¹⁴⁵ “Adam Malik Sabtu Sore Ini Ke Pakistan”, *Kompas* [Jacarta], (27 de Maio de 1972), p. 1; “Adam Malik Kundjungi Timor Medio Agustus/September Tahun Ini”, *Indonesia Raya* [Jacarta], (27 de Maio de 1975), p. 1.

que fizeram a cobertura das últimas “eleições”, que decorreram no dia 3 de Julho de 1971, o ministro apoiou a realização da visita de Adam Malik a Díli e defendeu que “[n]ão interferiremos nunca nos assuntos internos de Portugal porque [o] Timor Português não é uma colónia[,] mas parte integrante de Portugal”¹⁴⁶. Terminou o seu discurso dando realce “à futura cooperação económica e financeira”¹⁴⁷ entre Díli e Kupang. Esta declaração foi considerada pela “generalidade do corpo diplomático acreditado em Jacarta, como a mais importante após a independência da Indonésia, para o futuro das relações entre os dois países”¹⁴⁸.

Atendendo, porém, aos sucessivos adiamentos, Adam Malik, aproveitou o desafio de futebol entre o Sport Lisboa e Benfica e a selecção nacional da Indonésia, no dia 1 de Setembro de 1972¹⁴⁹, para informar o cônsul-geral Manuel Lopes da Costa que o adiamento da sua visita se devia a pressões exógenas relacionadas com o exercício do cargo de presidente da 26.ª sessão da Assembleia Geral da ONU, desde 1971, e por ter recusado que fosse levantada a questão do Timor Português na Conferência dos Ministros dos Negócios Estrangeiros do Movimento dos Países Não-Alinhados, que teve lugar em Georgetown, capital da Guiana, entre os dias 8 e 11 de Agosto de 1972, e não por razões internas. Manifestou, em particular, porém, o “maior interesse na política de boa vizinhança em Timor”¹⁵⁰. Aproveitou a ocasião para informar o cônsul-geral português que a pressão dos países não-alinhados não tinha cessado, pois vários países africanos pretendiam levantar o problema do Timor na Comissão de Descolonização na próxima sessão plenária da Assembleia Geral da ONU¹⁵¹.

¹⁴⁶ “Ofício n.º 2032 do adjunto do director-geral dos Negócios Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros, António Vaz Pereira, para o director do gabinete dos Negócios Políticos do ministério do Ultramar, Ângelo dos Santos Ferreira, de 26 de Junho de 1972, p. 1” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: atitude do ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio, Adam Malik, sua visita a Timor, 1972”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

¹⁴⁷ *Ibid.*

¹⁴⁸ *Ibid.*

¹⁴⁹ “Benfica, 4 – Indonésia, 2: no 1.º jogo dos campeões de Portugal em Jacarta”, *Diário de Notícias* [Lisboa], ano 108, n.º 38.250 (2 de Setembro de 1972), p. 10. O jornal *A Bola*, de Lisboa, publicou uma série de crónicas do seu enviado Vítor Santos, nas edições entre os dias 31 de Agosto e 7 de Setembro de 1972, sobre os encontros disputados pelo Benfica em Jacarta e comentários elogiosos acerca da cidade e do país.

¹⁵⁰ “Aerograma n.º A-10 do cônsul-geral de Portugal em Jacarta, de 12 de Setembro de 1972” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: atitude do ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio, Adam Malik, sua visita a Timor, 1972”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

¹⁵¹ *Ibid.*

A convite das autoridades de NTT, o governador Fernando Alves Aldeia autorizou a deslocação a Kupang de uma caravana desportiva de Díli para participar nas comemorações do 27.º aniversário da independência da Indonésia. Presidida pelo presidente da câmara municipal de Díli, Manuel Viegas Carrascalão, a comitiva contava com cerca de 200 pessoas¹⁵². Durante a sua estadia, entre os dias 8 e 18 de Agosto, em Kupang, Manuel Viegas Carrascalão foi recebido pelo major-general Ali Murtopo, assessor especial do presidente Suharto para assuntos políticos e comandante da OPSUS, o serviço de Operações Especiais das ABRI, responsável pela compilação de informações e pela orientação de missões diplomáticas delicadas no estrangeiro (<http://www.globalsecurity.org/military/world/indonesia/opsus.htm>; consultado no dia 25 de Novembro de 2005). Interpelado por um estudante da Universitas Nusa Cendana, de Kupang, acerca das razões que dificultavam a integração de Timor-Díli na Indonésia, Ali Murtopo afirmou que “Portuguese Timor was never part of the Dutch East Indies. Therefore we have no claim on it. [...] Leave Portuguese Timor alone. We have enough of a job on our hands now to develop what we have. Let us accelerate our modernisation”¹⁵³.

A crescente proximidade também se reflectiu em Timor-Díli. Em 18 de Dezembro de 1973, tiveram lugar conversações secretas entre o secretário do governador de NTT, Louis Taolin, e o governador de Timor, coronel graduado Fernando Alves Aldeia, durante a qual ficou acordada a realização de uma visita a Díli do coronel El Tari com o desígnio de reforçar o entendimento bilateral e os canais de comunicação entre as duas capitais. A agenda provisória de trabalhos incluía 14 matérias, entre as quais a abertura do consulado português em Kupang, de uma sucursal do Banco da Indonésia em Díli e de uma delegação do Banco Nacional Ultramarino (BNU) na capital de NTT e a demarcação da fronteira. Para facilitar uma maior aproximação e entendimento entre ambas as partes, Louis Taolin informou o governador Aldeia que o governo central da Indonésia concordava “com a discussão destes assuntos ao nível provincial”, mas que colocava “algumas reservas a serem tratados ao nível do Governo Central dos dois países (Portugal e Indonésia)”¹⁵⁴.

¹⁵² “Telegrama n.º 62, secreto, do governador Fernando Alves Aldeia para o ministro Silva Cunha, de 8 de Agosto de 1972” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: geral, 1971-1972”, PAA M. 1161, AHDMNE, Lisboa.

¹⁵³ Rosihan Anwar, “Feasting aids the growth of goodwill between the two territories of Timor”, *The Asian* [Hong Kong], (17 a 23 de Setembro de 1972), p. 9.

¹⁵⁴ “Ofício n.º 317, secreto e urgente, do director do gabinete dos Negócios Políticos do ministério do Ultramar, Ângelo dos Santos Ferreira, para o adjunto do director-geral dos Negócios Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros, António Vaz Pereira, de 16 de Janeiro de 1974, p. 1” in “Visita a Lisboa do coronel El Tari, governador de Kupang, 1974”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

A proposta de ambos os governadores mereceu, contudo, fortes reservas do Palácio das Necessidades. O chefe da diplomacia portuguesa, Rui Patrício¹⁵⁵, concordou com a informação de serviço do ministério dos Negócios Estrangeiros, elaborada por Manuel Lopes da Costa¹⁵⁶, na qual era defendido que “os assuntos a tratar nos contactos entre as autoridades de Kupang e Díli devem ser cuidadosamente seleccionados pelos Ministérios dos Negócios Estrangeiros dos dois países em íntima colaboração com as respectivas representações diplomáticas em Jacarta e Díli, de forma a evitar mal entendidos e suspeitas, sempre possíveis por parte do Governo indonésio, dadas as tendências autonomistas ou separatistas da região de *Nusa Tenggara Timur*”¹⁵⁷. Neste âmbito, defenderam que deveriam ser excluídas da agenda provisória de trabalhos, a questão da abertura do consulado português em Kupang, da criação da carreira regular marítima entre Díli e Kupang, abordagens à política regional e assuntos relativos à demarcação da fronteira”¹⁵⁸.

Entretanto, as autoridades centrais indonésias continuaram a mostrar-se empenhadas na crescente aproximação. No dia 2 de Fevereiro de 1973, o cônsul-geral de Portugal em Jacarta, Manuel Lopes da Costa, informou o Palácio das Necessidades que lhe tinha sido concedido a oportunidade de ler as “instruções confidenciais” do ministro de Estado indonésio da Economia e Finanças, sultão Hamengkubuwono IX, e futuro vice-presidente da Indonésia, para o governador El Tari. Baseadas no relatório da Missão Interdepartamental Indonésia, de meados de 1972, as instruções davam “ampla liberdade [ao] governador El Tari para incrementar relações económicas [e] negociar com [as] autoridades portuguesas [de] Timor [a] regularização [dos] mercados [das] fronteiras e documentam de maneira muito clara [a] intenção [do] governo [da] Indonésia [em] manter [uma] política [de] boa vizinhança com Portugal”¹⁵⁹.

¹⁵⁵ Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 15 de Janeiro de 1970 e 24 de Abril de 1974 (Campinos, 1977, p. 151; Portugal, 1979, p. 34).

¹⁵⁶ Antigo cônsul de Portugal em Jacarta, entre 25 de Julho de 1970 e 10 de Setembro de 1973 (Portugal, 1979, p. 252).

¹⁵⁷ “Ofício n.º 1682, secreto, do adjunto do director-geral dos Negócios Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros, António Vaz Pereira, para o director do gabinete dos Negócios Políticos do ministério do Ultramar, Ângelo dos Santos Ferreira, de 19 de Fevereiro de 1974, p. 1” in “Visita a Lisboa do coronel El Tari, governador de Kupang, 1974”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

¹⁵⁸ *Ibid.*, pp. 1 e 2.

¹⁵⁹ “Aerograma n.º A-1 do consulado-geral de Portugal em Jacarta, de 2 de Fevereiro de 1973” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: geral, 1973-1975”, PAA M. 1161, AHDMNE, Lisboa.

Neste âmbito, o governador de NTT, coronel El Tari, visitou oficialmente o seu homólogo português, coronel graduado Fernando Alves Aldeia, entre os dias 28 de Fevereiro a 2 de Março de 1974 (Crystello, 1999, p. 36). No dia 1 de Março teve lugar uma reunião de trabalho entre as delegações de ambas as partes, presididas pelos respectivos governadores, que durou 2h30. Na reunião acordaram estudar a aquisição de gado em NTT, a permuta de dados meteorológicos, cooperar no domínio das telecomunicações, aumentar as carreiras terrestres entre os dois territórios, abolir as taxas alfandegárias nas trocas comerciais, abrir os bazares na região da fronteira comum aos cidadãos de ambas as partes de Timor, fomentar a troca de especialistas em vários sectores, incrementar as carreiras aéreas, transformar Díli em porto de trânsito de mercadorias com destino a Kupang, estabelecer delegações bancárias e fomentar o intercâmbio desportivo e cultural¹⁶⁰. Ficou acordado entre os dois governadores que as importantes matérias da abertura do consulado português em Kupang e da demarcação da fronteira seriam tratados pelos ministérios dos Negócios Estrangeiros de ambos os países¹⁶¹, como era intenção dos seus respectivos governos centrais.

Nesta deslocação, o coronel El Tari fez-se acompanhar por 30 individualidades, civis e militares, de NTT¹⁶². Durante a visita, o governador português convidou o seu homólogo a visitar Lisboa. El Tari aceitou o convite¹⁶³, mas solicitou que este fosse formalmente apresentado através do ministério indonésio da Administração Interna,

¹⁶⁰ “Acta da sessão de trabalho do governador de Timor e do Governador de Nusa Tenggara Timur, de 1 de Março de 1974, pp. 1-5” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: contactos regulares entre as autoridades de Kupang e Díli, 1973-1974”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

¹⁶¹ “Acta secreta de assuntos tratados com o governador El Tari” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: contactos regulares entre as autoridades de Kupang e Díli, 1973-1974”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

¹⁶² “O governador de Timor indonésio recebido em Díli”, *Diário de Notícias* [Lisboa], ano 110, n.º 38.785 (3 de Março de 1974), p. 2; “Deixou Díli o governador do Timor indonésio”, *Diário de Notícias* [Lisboa], ano 110, n.º 38.786 (4 de Março de 1974), p. 2.

¹⁶³ O convite do governador Aldeia foi formulado porque durante a segunda reunião preparatória da visita a Díli do coronel El Tari, que decorreu no dia 20 de Dezembro de 1973, Louis Taoloin, “manifestou elevado interesse de que o Governador El Tari fosse convidado oficialmente para uma visita à Metrópole em meados do próximo ano” (“Ofício n.º 317, secreto e urgente, do director do gabinete dos Negócios Políticos do ministério do Ultramar, Ângelo dos Santos Ferreira, para o adjunto do director-geral dos Negócios Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros, António Vaz Pinto, de 16 de Janeiro de 1974, p. 2” in “Visita a Lisboa do coronel El Tari, governador de Kupang, 1974”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa).

dando, porém, conhecimento, ao *Departemen Luar Negeri*. A visita estava prevista para ter lugar em Julho de 1974. O governador de Timor, coronel graduado Fernando Alves Aldeia, considerou o convite como “altamente vantajoso para as boas relações entre a nossa Província e o Timor Indonésio”¹⁶⁴.

A visita foi tão importante que o governador, acompanhado pelo seu secretário, Tomás Gomes, realizou uma “missão de serviço” a Lisboa, que durou um mês, isto é, entre os dias 15 de Março e 16 de Abril de 1974¹⁶⁵. Durante a sua permanência na capital do império avistou-se com o chefe de Estado, almirante Américo Thomaz, e teve 6 “reuniões de trabalho” com o ministro do Ultramar, Baltasar Rebelo de Sousa, e altos dirigentes do ministério do Ultramar para os inteirar da política de aproximação entre Kupang e Díli. Em suma, a poucos dias do 25 de Abril de 1974, as relações entre as duas capitais de Timor tinham atingido um alto patamar de cooperação bilateral, quer a nível dos dois governos centrais, quer a nível das administrações provinciais¹⁶⁶. Esta conjuntura devia-se na essência à cessação da política conflituosa da Indonésia com vários países e territórios da região.

A convergência de interesses político-ideológicos e de segurança Segundo, a concentração de interesses político-ideológicos e de segurança em torno do combate ao comunismo. Enquanto no passado, isto é, durante o eixo Jacarta-Pequim, que decorreu entre 1963 e 1965 (Mozingo, 1976, pp. 196-197), o regime português não teve alternativa se não “conviver” (Carvalho, 1964, p. 18) com Sukarno, com o derrube do último a conjuntura política alterou-se significativamente a favor

¹⁶⁴ “Ofício n.º 1465, secreto, do director do gabinete dos Negócios Políticos do ministério do Ultramar, Ângelo dos Santos Ferreira, para o adjunto do director-geral dos Negócios Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros, António Vaz Pereira, de 19 de Março de 1974” in “Visita a Lisboa do coronel El Tari, governador de Kupang, 1974”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

¹⁶⁵ “Chegou a Lisboa o governador de Timor”, *Diário de Notícias* [Lisboa], ano 110, n.º 38.798 (16 de Março de 1974), p. 2; “Regressou a Timor o governador Alves Aldeia”, *Diário de Notícias* [Lisboa], ano 110, n.º 38.830 (17 de Abril de 1974), p. 2.

¹⁶⁶ Na opinião de Manuel Lopes da Costa “os contactos regulares entre as autoridades de Kupang e Díli têm merecido a aprovação dos governos de Lisboa e Jacarta e têm contribuído para a política de boa vizinhança existente entre Portugal e a Indonésia em Timor” (“Informação de serviço de Manuel Lopes da Costa do ministério dos Negócios Estrangeiros, de 13 de Fevereiro de 1974, p. 1” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: geral, 1973-1975”, PAA M. 1161, AHDMNE, Lisboa.

dos decisores políticos portugueses. Como observou o antigo cônsul australiano em Díli¹⁶⁷, James Stanley Dunn, “[h]ostility towards communism provided an element of strong common interest” (p. 34).

A política portuguesa de contemporização com Sukarno foi abandonada e incrementou-se a actividade anticomunista como, aliás, era prática comum em Portugal e nas suas colónias africanas. A tradicional política portuguesa de “boa vizinhança” (Ibid., p. 24) foi, por outro lado, incentivada. Por outras palavras, os decisores políticos portugueses intensificaram a terceira “coordenada” da política externa portuguesa que realçava o “espírito de colaboração” com Estados vizinhos, “com vista à solução de problemas de interesse comum sem excluir, naturalmente, os que representam imperativos de defesa; a latitude que houvermos de usar em negociações porventura melindrosas terá como limite óbvio a justa avaliação dos nossos interesses e a sua intransigente defesa, mas não será falha de realismo político” (Fragoso, 1966, p. 52).

Na sequência de ter assumido interinamente o cargo de chefe do Estado, em 11 de Março de 1966, Suharto decretou no dia seguinte a ilegalização do *Partai Komunis Indonesia* e de todas organizações a si afectas (Schwar, 1999, p. 26). Entre Março de 1966 e Outubro de 1967, a Indonésia esteve completamente absorvida “em extirpar as raízes da heresia comunista” (França, 1972, p. 91). Neste processo foram chacinados entre 300.000 a 400.000 indonésios, na sua maioria militantes ou simpatizantes do PKI (Schwarz, 1999, pp. 20-22). Por outro lado, os funcionários públicos e os oficiais das forças armadas pró-PKI ou apoiantes de Sukarno foram saneados, outros simplesmente eliminados, enquanto outros foram julgados e condenados a prisão perpétua (Schwarz, 1999, p. 29). Ao contrário das ditaduras militares da América Latina que tinham um cariz eminentemente provisório, o indonésio passou a ter uma matriz totalitária prolongada (Ibid., p. 30).

A junta militar da Indonésia, dirigida pelos generais Suharto e Nasution, mostrou-se mais aberta à cooperação com a administração portuguesa de Timor,

¹⁶⁷ Chefe da missão consular australiana em Díli entre 16 de Janeiro de 1962 (“Telegrama n.º 8 da embaixada de Portugal em Camberra, de 16 de Janeiro de 1962” in “Timor: representação consular da Austrália – actividades do cônsul James Stanley Dunn em Díli, 1962-1964”, PAA M. 805, AHDMNE, Lisboa) e 19 de Agosto de 1964 (“Ofício n.º 259 do cônsul d Austrália em Díli para o governador José Alberty Correia, de 17 de Agosto de 1964” in “Timor: representação consular da Austrália – actividades do cônsul James Stanley Dunn em Díli, 1962-1964”, PAA M. 805, AHDMNE, Lisboa).

devido, em parte, à política de colaboração encetada por esta logo após o contra golpe de Estado em Jacarta. Esta orientação foi de imediato aplicada pelo referido governador e comunicada ao ministro do Ultramar. Segundo o coronel José Alberty Correia:

“Informo V. Ex.^a [que nos] dias 4 a 9 [do] corrente [um] grupo [de] treze homens e mulheres dos quais três [eram] indonésios e [os] restantes portugueses[,] vivendo há anos na Indonésia[,] pretenderam entrar [no] nosso território [na] fronteira [de] Batugadé[,] procurando refúgio seguro. [Os] Portugueses confessaram-se inscritos [no] partido comunista. [No] cumprimento [das] minhas Normas [de] Execução Permanentes foram imediatamente entregues [às] autoridades indonésias [da] fronteira. Sabe-se [que a] maioria foi morta com cruéis atrocidades[,] tal como está sucedendo [a] milhares [de] cidadãos [do] Timor Indonésio. [...] Mantenho [a] ordem [de] proibir [a] entrada total[,] entregando refugiados ou resistindo [à] força se [o] número o exigir. Pretendo evitar [a] criação [duma] situação idêntica [à de] 1959”¹⁶⁸.

Cinco dias depois, o governador informou o governo central português que tinha tido conhecimento que “continuam [os] massacres e perseguições [no] Timor Indonésio [de] forma feroz e cruel. Beiros com indonésios esfomeados e doentes têm aportado [na] costa retirando-se após recuperados”¹⁶⁹.

No dia 3 de Junho de 1966, dois indonésios apresentaram-se no posto de Balibó com passaportes, mas sem vistos, alegadamente militantes do PKI. Usaram como pretexto para justificar a sua entrada no Timor Português que “pretendiam estabelecer alguns negócios, deslocando-se seguidamente para a Austrália, no que foram autorizados”¹⁷⁰. Entretanto, quatro dias depois, três agentes da *Kepolisian Negara Republik Indonesia* – POLRI (Polícia Nacional da Indonésia), o inspector de Jacarta, Ngali bin Reksodiwirjo, o inspector de Atambua, Cornelis Djari, e o sargento de Atambua,

¹⁶⁸ “Telegrama n.º 1, secreto, do governador José Alberty Correia para o ministro do Ultramar, Joaquim Moreira da Silva Cunha, de 23 de Março de 1966” AOS/CO/UL-8I(Cont.), Pt. 5, fl. 1281, IAN/TT, Lisboa.

¹⁶⁹ “Telegrama, secreto, do governador José Alberty Correia para o ministro Silva Cunha, de 28 de Março de 1966” in “Timor: diversos, 1967/9”, PAA M. 809, AHDMNE, Lisboa.

¹⁷⁰ “Ofício n.º 4051/E-07-15-22 e E-07-15-04, secreto, do director do gabinete dos Negócios Políticos do ministério do Ultramar, Ângelo dos Santos Ferreira, para o director-geral, interino, dos Negócios Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros, de 12 de Julho de 1966, p. 1” in “Timor: diversos, 1967/9”, PAA M. 809, AHDMNE, Lisboa.

Andreas Loge Dendo, deslocaram-se a Díli para informar as autoridades portuguesas que os indonésios que tinham entrado em Timor “eram dois perigosos elementos da facção terrorista do Partido Comunista Indonésio, que para fugirem do seu país haviam, com outros elementos, assaltado o Banco da Indonésia em Jacarta e morto algumas pessoas”¹⁷¹. Perante estas informações, a POLRI solicitou a sua entrega. Contudo, “foi acordado com as nossas autoridades policiais e a minha aprovação, a sua entrega somente na fronteira terrestre de Batugadé, tendo os dois comunistas sido conduzidos até lá por agentes da PIDE de Timor[,] mas dando-se ao caso o rótulo de se tratarem de dois burlões, que não ofereciam garantia de bom comportamento nesta Província”¹⁷², no dia 9 de Junho¹⁷³. Para além da entrega dos dois militantes do PKI, todos os bens que lhe foram apreendidos, no valor de “algumas dezenas de contos”, foram entregues pelas autoridades portuguesas ao cônsul indonésio em Díli, Roeslan Soeroso, “mediante declaração de recebimento”¹⁷⁴.

Com o intuito de obter dividendos políticos desta colaboração, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, instruiu Inácio Rebelo de Andrade, chefe da secção dos Negócios Políticos Ultramarinos, para comunicar ao cônsul de Portugal em Jacarta, António d’Oliveira Pinto da França, que “em oportunidade adequada poderá o cônsul salientar a nossa boa vontade e espírito de cooperação na solução deste caso”¹⁷⁵ às autoridades da Indonésia.

No primeiro mês do ano seguinte voltou-se a registar a entrada de novos refugiados no Timor Português. Com o objectivo de granjear apoios e simpatias junto do novo regime indonésio, o governador José Alberty Correia decidiu “que

¹⁷¹ *Ibid.*, p. 2.

¹⁷² *Ibid.*, p. 1.

¹⁷³ “Ofício n.º 4292/E-07-15-22, confidencial, do director do gabinete dos Negócios Políticos do ministério do Ultramar, Ângelo dos Santos Ferreira, para o director-geral, interino, dos Negócios Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros, João Hall Themido, de 23 de Julho de 1966, p. 2” in “Timor: diversos, 1967/9”, PAA M. 809, AHDMNE, Lisboa.

¹⁷⁴ “Ofício n.º 4051/E-07-15-22 e E-07-15-04, secreto, do director do gabinete dos Negócios Políticos do ministério do Ultramar, Ângelo dos Santos Ferreira, para o director-geral, interino, dos Negócios Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros, João Hall Themido, de 12 de Julho de 1966, p. 1” in “Timor: diversos, 1967/9”, PAA M. 809, AHDMNE, Lisboa.

¹⁷⁵ “Despacho inserto do ministro Franco Nogueira, de 28 de Julho de 1966, no ofício n.º 4292/E-07-15-22, confidencial, do director do gabinete dos Negócios Políticos do ministério do Ultramar, Ângelo dos Santos Ferreira, para o director-geral, interino, dos Negócios Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros, João Hall Themido, de 23 de Julho de 1966, p. 1” in “Timor: diversos, 1967/9”, PAA M. 809, AHDMNE, Lisboa.

todos [os refugiados ou asilados políticos], sem excepção, fossem de novo conduzidos à fronteira e entregues às autoridades indonésias”¹⁷⁶. Na opinião do governador do Timor Português, “[p]arecia tratar-se de perigosos políticos implicados na revolta de Set[embro de] 1965”¹⁷⁷. Como José Alberty Correia receava desentendimentos entre os três ramos das ABRI e pretendia escudar-se numa decisão colectiva apresentou a questão dos eventuais pedidos de asilo à Comissão de Coordenação e Defesa Civil de Timor, organismo de concertação entre as várias entidades da administração portuguesa que trabalhavam nos domínios da política, da segurança, das informações e militar. Esta matéria era tão melindrosa que a comissão submeteu o assunto à consideração do ministério português dos Negócios Estrangeiros. Porém, o ministro Franco Nogueira optou por não tomar uma decisão sobre esta questão, pois “[a] situação na Indonésia parece ter encontrado certo equilíbrio, pelo que a hipótese posta não deve verificar-se, sendo difícil, por outro lado, definir uma posição sem se conhecerem as circunstâncias que rodeariam um eventual pedido de asilo”¹⁷⁸.

Apesar deste desfecho, o problema não desapareceu. No final do ano de 1967, “mais de 17 indonésios” deram entrada no Timor Português, tendo sido, posteriormente, entregues às suas autoridades¹⁷⁹. Em 25 de Maio de 1968, “treze homens, sete mulheres e sete crianças com todos os seus haveres incluindo bois, cavalos, porcos, cães e galinhas”¹⁸⁰ pediram asilo político no Timor Português. Porém, quando um liurai do Timor indonésio solicitou ao administrador do suco de

¹⁷⁶ “Relatório n.º 1/67 da Comissão de Coordenação e Defesa Civil de Timor, referente ao período de 1 a 31 de Janeiro, p. 7-A” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: pedido de asilo por entidades indonésias, 1967”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

¹⁷⁷ Ibid.

¹⁷⁸ “Despacho inserto de Franco Nogueira, de 30 de Novembro de 1967, no ofício n.º 1312/E-07-14, secreto, do director do gabinete dos Negócios Políticos do ministério do Ultramar, Ângelo dos Santos Ferreira, para o director-geral, interino, do ministério dos Negócios Estrangeiros, João Hall Themido, de 18 de Março de 1967” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: pedido de asilo por entidades indonésias, 1967”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

¹⁷⁹ “Relatório n.º 1/67 da Comissão de Coordenação e Defesa Civil de Timor, referente ao período de 1 a 31 de Janeiro, p. 7-A” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: pedido de asilo por entidades indonésias, 1967”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

¹⁸⁰ “Ofício n.º 2793/E-07-04, secreto, do director do gabinete dos Negócios Políticos do ministério do Ultramar, Ângelo dos Santos Ferreira, para o director-geral, interino, dos Negócios Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros, Gonçalo Caldeira Coelho, de 31 de Maio de 1968” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: indonésios refugiados em Timor, 1968-1972”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

Fatululik, concelho de Cova Lima, a sua entrega, estes “foram entregues na fronteira” à autoridade gentílica tradicional que tinha diligenciado o seu regresso¹⁸¹.

Esta manifestação pública de cooperação levou o padre timorense Jorge Duarte Barros, deputado na Assembleia Nacional portuguesa, a observar no seu extenso relatório elaborado para o ministério do Ultramar que a “Jacarta convirá bem mais resolver primeiro, e quanto antes, o inquietante problema do comunismo em Java, reduzir-lhes as bolsas de resistência ainda activas, consolidar a paz interna e restabelecer em bases sólidas as finanças públicas e a economia nacional, presentemente em estado deplorável”¹⁸².

Também se registaram casos no sentido contrário. Um grupo de seis timorenses do Timor Português, residentes numa povoação próxima da fronteira, que se refugiaram em NTT por razões matrimoniais, em meados de Março de 1969, foram imediatamente entregues pela polícia indonésia, “sem formalidades”, no posto da PIDE/DGS em Balibó¹⁸³.

Esta situação alterou-se ligeiramente com a crescente entrada no Timor Português, em 1970, de timorenses que se tinham refugiado em Timor-Kupang após a II Guerra Mundial por terem alegadamente colaborado com os japoneses e os australianos. Com a deterioração da situação económica em NTT e as medidas de repressão tomadas pelas autoridades indonésias para conter a agitação social, um maior número de timorenses começaram a regressar ao Timor Português. Confrontado com esta nova situação, o brigadeiro José Nogueira Valente Pires decidiu “que as pessoas que se apresentem não sejam imediatamente devolvidas ao território indonésio, mas antes feito um pequeno inquérito quanto aos motivos porque abandonaram o território nacional e se têm família neste território para depois se decidir quanto à autorização da permanência ou devolução à origem”¹⁸⁴.

¹⁸¹ “Ofício n.º 2904/E-07-04, secreto, do director do gabinete dos Negócios Políticos do ministério do Ultramar, Ângelo dos Santos Ferreira, para o director-geral, interino, dos Negócios Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros, Gonçalo Caldeira Coelho, de 8 de Junho de 1968” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: indonésios refugiados em Timor, 1968-1972”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

¹⁸² Padre Jorge Barros Duarte, *A Situação Política e Problemas de Timor*, p. 8 in “Relatórios”, Fundo MU/GM/GNP/E-07-14, A. 1, G. 2, M. 248, AHDMNE, Lisboa.

¹⁸³ “Relatório n.º 5/69-GU do chefe da subdelegação de Timor da PIDE, inspector João Lourenço, de 31 de Maio de 1969”, PIDE/DGS, “GU-Timor”, SC/CI(2)-DSI-2.ª, Pt. 6, N.T. 8976, fl. 151, IAN/TT, Lisboa.

¹⁸⁴ “Ofício n.º 5452/E-07-04, confidencial e urgente, do director do gabinete dos Negócios Políticos do ministério do Ultramar, Ângelo dos Santos Ferreira, para o director-geral dos Negócios Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros, Gonçalo Caldeira Coelho, de 3 de Novembro de 1970” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: indonésios refugiados em Timor, 1968-1972”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

Em 6 de Março de 1971, quatro timorenses do Timor Português, que se tinham refugiado quatro anos antes na Indonésia, regressaram à parte oriental da ilha. Naturais da povoação de Uala, posto administrativo de Tilomar, voltaram alegando as dificuldades com que viviam em NTT, quer em termos materiais, quer em termos laborais, e as prepotências cometidas pela “autoridade policial, administrativa ou mesmo tradicional”¹⁸⁵.

A atitude menos colaborante teve, contudo, uma existência efémera. Em 15 de Novembro de 1972, deram entrada no Timor Português mais “27 indonésios argumentado maus tratamentos [pelas] autoridades indonésias, falta [de] terrenos para culturas, fome, etc., e pretendendo fixar-se”¹⁸⁶. “Por entendimento” com as autoridades vizinhas foram todos entregues à *Kepolisian Negara Republik Indonesia* – POLRI (Polícia Nacional da Indonésia), no dia 20 do mesmo mês¹⁸⁷.

O clima de grande instabilidade política que se gerou na Indonésia após o contra golpe de Estado de 1 de Outubro de 1965 e as dinâmicas inerentes à consolidação do regime de Suharto contribuíram para que a questão de Timor fosse comodamente relegada para uma data posterior, politicamente mais conveniente e oportuna para o regime de Suharto. Esta nova posição ficou bem patente numa conversa que o embaixador da Indonésia na Tunísia teve com um colega sediado em Tunes:

“a) Que Timor não oferece qualquer interesse para a Indonésia; b) que o seu país espera, dada a continuidade geográfica, que o futuro venha a provocar a integração de Timor no seu território; c) contrariamente ao que sucedeu com Nehru, o seu governo não tinha a intenção de precipitar a integração através da agressão armada”¹⁸⁸.

¹⁸⁵ “Ofício n.º 2296/E-07-04 do director do gabinete dos Negócios Políticos do ministério do Ultramar, Ângelo dos Santos Ferreira, para o director-geral dos Negócios Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros, Gonçalo Caldeira Coelho, de 19 de Abril de 1971, p. 2” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: geral, 1966/72”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

¹⁸⁶ “Telegrama do governador de Timor, coronel graduado Fernando Alves Aldeia, para o ministro do Ultramar, Silva Cunha, de 4 de Dezembro de 1972” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: indonésios refugiados em Timor, 1968-1972”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

¹⁸⁷ *Ibid.*

¹⁸⁸ “Ofício do director-geral, interino, dos Negócios Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros, João Hall Themido, para o director da PIDE, Fernando da Silva Pais, de 30 de Outubro de 1965”, PIDE/DGS, “Serviços Indonésios”, Proc. n.º 236-SC/CI(2), N.T. 6982, fl. 675, IAN/TT, Lisboa.

Opinião idêntica foi averbada por um funcionário do gabinete de Negócios Políticos do ministério do Ultramar num estudo sobre a evolução da situação política javanesa após o contra golpe de Estado em Jacarta. Na opinião de Júlio Dá Mesquita Gonçalves, a ameaça à posição portuguesa em Timor era adiada pela conjuntura política na própria Indonésia¹⁸⁹.

Este novo ambiente foi, em parte, discretamente apoiado pela embaixada dos EUA em Jacarta. O arquiconservador embaixador americano, Marshall Green, responsável pela precipitação do violento golpe de Estado militar de 1965, enviou uma carta ao cônsul António d'Oliveira Pinto da França na qual declarou que *"in this troubled, if not crazy, world, it is good to know that we have such reliable and sensible friends as Portugal"*¹⁹⁰. Por outro lado, reconheceu que *"Portugal has special historic as well as current interests"*¹⁹¹ na região. As autoridades americanas encaravam tão positivamente as funções desempenhadas pelo regime de Salazar na região que o embaixador Marshall Green, mais vários adidos militares americanos, acompanharam o cônsul de Portugal em Jacarta, numa visita a Kupang e ao Timor Português, na segunda semana de Fevereiro de 1968. O cônsul António d'Oliveira Pinto da França esperava que com esta visita se produzisse nos indonésios a percepção que os EUA apoiavam Portugal e que os americanos ficassem convencidos das diferenças entre as duas partes de Timor¹⁹².

Por outro lado, a imprensa da indonésia, que durante o primeiro quinquénio da década de 1960 tanto fustigou o regime de Salazar pelas suas práticas coloniais na África lusófona e no Timor Português, mudou de atitude. O diário *Indonesia Raya*, afecto ao Partido Socialista da Indonésia, publicou, na sua edição de 25 de Novembro de 1968, um artigo de fundo do deputado conservador britânico Briggs-Davidson favorável à atitude portuguesa no continente africano¹⁹³.

¹⁸⁹ "Informação n.º 1 509 sobre 'O Momento Político da Indonésia', de autoria de Júlio Dá Mesquita Gonçalves, de 30 de Outubro de 1965", PIDE/DGS, "Serviços Indonésios", Proc. n.º 236-SC/CI(2), N.T. 6982, fls. 660-662, IAN/TT, Lisboa.

¹⁹⁰ "Carta do embaixador dos EUA em Jacarta para o cônsul de Portugal, de 6 de Julho de 1967" in "Relações políticas de Portugal com a Indonésia: geral, 1967-1968", PAA M. 1161, AHDMNE, Lisboa.

¹⁹¹ *Ibid.*

¹⁹² "Ofício n.º 68DPA15/1 do cônsul de Portugal em Jacarta, de 21 de Fevereiro de 1968" in "Relações políticas de Portugal com a Indonésia: carreira aérea Díli-Kupang, 1967/72", PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

¹⁹³ "Portugal a Colonial Country: Portugal Still Defending in Guinea", *Indonesia Raya* [Jacarta], (25 de Novembro de 1968), p. 3.

O fomento do crescimento económico Terceiro, um dos grandes objectivos do novo regime foi pôr cobro à grave crise económica e financeira que assolava o país e instigar o seu rápido crescimento económico. Mal tomou conta do poder, o general Suharto recorreu a quadros indonésios instruídos no Ocidente, conhecidos vulgarmente por tecnocratas. Estes foram essencialmente incumbidos “to rein in inflation, stabilise the rupiah, get a handle on foreign debt, attract foreign aid and encourage foreign investment” (Schwarz, 1999, p. 30). Por que razão é que Sukarno se empenhou em atribuir estas funções tão rapidamente a tecnocratas?

A razão era bem simples. O regime de Suharto surgiu quando a Indonésia estava prestes em entrar em colapso financeiro e económico. As exportações estavam a diminuir, o investimento tinha cessado, as fábricas estavam, para todos efeitos práticos, paralisadas e com equipamentos obsoletos, a inflação tinha ultrapassado a taxa anual dos 1000%, as relações com as instituições estrangeiras que concediam Ajuda Pública para o Desenvolvimento (APD) tinham-se agravado significativamente e uma parte significativa das infra-estruturas estavam prestes a ruir (Schwarz, 1999, p. 52). Esta difícil conjuntura exigia medidas radicais para as colmatar, mesmo que provisoriamente. Suharto delegou essas funções nos jovens tecnocratas instruídos nos EUA (Ibid.).

O Timor Português enquadrava-se perfeitamente nesta estratégia. Um dos primeiros actos do novo governador de NTT, tenente-coronel El Tari, foi incrementar a cooperação económica e comercial entre Kupang e Díli. Quando se deslocou a Jacarta para participar na conferência dos governadores provinciais da Indonésia com o novo presidente, interino, Suharto¹⁹⁴, aproveitou a sua estadia para se encontrar com o cônsul de Portugal, António d’Oliveira Pinto da França. O jantar de trabalho decorreu no consulado de Portugal, no dia 23 de Março de 1967¹⁹⁵, e

¹⁹⁴ Suharto tomou posse como presidente, interino, da Indonésia, em 12 de Março de 1967 (Schwarz, 1999, p. 30).

¹⁹⁵ Pouco tempo após ter tomado posse do cargo de governador de NTT em Jacarta, o tenente-coronel El Tari, expressou junto do cônsul de Portugal, António d’Oliveira Pinto da França, interesse em celebrar acordos com o governador de Timor-Leste com vista a instituírem uma “zona franca de comércio ao longo dos dois lados da fronteira”, uma linha subsidiária a Kupang na carreira marítima portuguesa do Oriente, Díli-Hong Kong e Díli-Darwin e vice-versa, e procederem à reabertura da linha aérea Díli-Kupang. Segundo o cônsul António d’Oliveira Pinto da França, as propostas do governador El Tari contavam com o beneplácito do Departemen Luar Negeri (“Anexo ao apontamento secreto n.º 677, ‘sobre: VII – Relações de vizinhança com o Timor indonésio’, de autoria de Silva Pinto, de finais de 1967, pp. 3 e 4”, MU/GNP/SR:160/Cx. 9S, AHU, Lisboa).

incidiu, essencialmente, sobre os três planos que expusera junto do seu governo. Primeiro, a negociação e a celebração de um acordo para a criação de uma “zona franca de comércio” na região da fronteira; segundo, de um acordo sobre transportes marítimos que contemplasse a extensão a NTT das carreiras marítimas Díli-Hong Kong e Díli-Darwin; e, terceiro, a reabertura da carreira aérea Kupang-Díli¹⁹⁶.

A primeira proposta constituía um reconhecimento explícito da realidade no terreno. Segundo El Tari este eventual acordo “legalizaria [a] situação ‘de facto’ já existente da deslocação semanal das populações fronteiriças aos bazares do território vizinho[,] deslocação [que] até agora se tem vindo [a] processar com [o] acordo tácito [das] autoridades [de] ambos [os] países”¹⁹⁷. Todavia, esta proposta era altamente favorável a NTT, pois os bazares frequentados eram os da parte portuguesa por parte dos habitantes da Indonésia e não no sentido contrário. Contudo, António d’Oliveira Pinto da França recomendou a sua aceitação “como gesto [de] boa vontade”¹⁹⁸.

A segunda proposta visava primordialmente garantir acesso às carreiras marítimas portuguesas para o transporte de mercadorias e de gado de NTT para o Timor Português e para outros países da região, atendendo a que a Indonésia possuía uma incipiente rede de carreiras marítimas. Como contrapartida, El Tari propôs que as mercadorias provenientes de Portugal Continental, da Austrália e de Hong Kong teriam acesso ao mercado de NTT¹⁹⁹. António d’Oliveira Pinto da França não objectou a este plano, pois “talvez contribuisse [para o] desenvolvimento [da] economia [da] nossa província”²⁰⁰.

O terceiro projecto incidiu sobre o restabelecimento da carreira aérea que fora suspensa durante a campanha militar indonésia contra os Países Baixos na Papua Nova Guiné Ocidental²⁰¹. Esta sugestão contava com uma certa oposição do governador José Alberty Correia, pois não tinha interesse que se registasse um “aumento [de] turistas superior [ao] melhoramento [das] condições [de] turismo [que] se efectuavam lentamente”²⁰².

¹⁹⁶ “Aerograma n.º A-1 do cônsul de Portugal em Jacarta, de 25 de Março de 1961, pp. 1-2” in “Desenvolvimento de cooperação económica com Timor, 1967”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

¹⁹⁷ *Ibid.*, p. 1.

¹⁹⁸ *Ibid.*, p. 2.

¹⁹⁹ *Ibid.*, p. 1.

²⁰⁰ *Ibid.*, p. 3.

²⁰¹ *Ibid.*, p. 2.

²⁰² *Ibid.*, p. 3.

António d'Oliveira Pinto da França recordou que as propostas do tenente-coronel El Tari se enquadravam no âmbito dos esforços de vários governadores provinciais para beneficiarem da “relativa descentralização concedida pelo novo Governo indonésio para libertar [as] suas províncias da dominação económica javanesa e para esse objectivo estabelecer relações comerciais directas com [os] países vizinhos”²⁰³. O acolhimento favorável destas intenções poderiam mitigar eventuais atritos entre os dois países, especialmente desde que o governo central indonésio não decidisse enveredar pela “libertação” de Timor²⁰⁴. Para melhorar as possibilidades de aprovação dos seus três projectos por parte do governo central indonésio, o tenente-coronel El Tari solicitou a António d'Oliveira Pinto da França que “falasse[, a Adam Malik,] nestes assuntos e que poderia referir a conversa”²⁰⁵.

No dia 6 de Junho de 1967, o cônsul português encontrou-se com o director, interino, da repartição da Europa do *Departemen Luar Negeri* e interpelou-o acerca dos três projectos de El Tari. Marzuki afirmou que os referidos projectos “eram encarados positivamente e com interesse” pelo seu ministério²⁰⁶.

As autoridades centrais da Indonésia estavam tão empenhadas no estreitamento das relações comerciais entre ambos os territórios que se apressaram a declarar publicamente que havia sido em princípio acordado, entre os governos de Kupang e Díli, um alegado regime legal sobre trocas comerciais transfronteiriças. Na cerimónia de recepção à missão comercial holandesa que se deslocou a Jacarta, no dia 13 de Junho de 1967, o ministro das indonésio das Finanças, Franciscus Xaverius Seda, declarou, segundo o jornal da ABRI, que “*the trade relations between the Nusa Tenggara regional government and the Portuguese government in Timor, which in principle has been agreed upon, is border crossing trade*”²⁰⁷. De acordo com o mesmo ministro, as transacções comerciais confinavam-se, em parte, à mera permuta. Para reforçar a opinião do seu colega de governo, o ministro do Comércio, major-general Ashari Danudirdjo, declarou que eram exportadas mensalmente 400 cabeças de gado para o Timor

²⁰³ Ibid.

²⁰⁴ Ibid., p. 4.

²⁰⁵ Ibid.

²⁰⁶ “Telegrama n.º 36, do cônsul de Portugal em Jacarta, de 7 de Junho de 1967, p. 1” in “Desenvolvimento de cooperação económica com Timor, 1967”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

²⁰⁷ “Timor Border Crossing Trade”, *The Armed Forces Mail* [Jacarta], (17 de Junho de 1967), p. 1.

Portugis²⁰⁸. Apesar de António d'Oliveira Pinto da França ter exortado as autoridades portuguesas a agirem “com rapidez”²⁰⁹ nesta matéria, esta situação não se veio a observar.

A aproximação de Jacarta a Lisboa e de Kupang a Díli inseria-se na política da Indonésia de reduzir as tensões entre Jacarta e Camberra tanto a nível bilateral, como relativamente à Papua Nova Guiné Oriental²¹⁰, com o objectivo de obter ajuda económica e financeira australiana. Esta estratégia tornou-se óbvia no decorrer do jantar oferecido pelo major-general Ahmad Kosasih, embaixador da Indonésia em Camberra, ao ministro australiano dos Negócios Estrangeiros, Paul Hasluck, ao chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas, general John Gordon Noel Wilton, e ao encarregado de negócios da embaixada portuguesa, José Eduardo de Melo Gouveia, no dia 10 de Agosto de 1967.

Durante o repasto o major-general Ahmad Kosasih, “amigo pessoal” dos generais Suharto e Nasution, “insistiu em demonstrações de apreço e consideração em relação ao portugueses, sumariando e repetindo os laços históricos e culturais existentes entre a Indonésia e Portugal, ‘desde há vários séculos’”²¹¹. Na opinião do encarregado de negócios da embaixada portuguesa, o “excesso de zelo revelado nas manifestações” do embaixador indonésio “visavam possivelmente dar a entender a este M.N.E. o estado de espírito prevalecente nos meios políticos e governamentais indonésios em relação a Portugal certamente com o pensamento posto no complexo

²⁰⁸ *Ibid.*

²⁰⁹ “Telegrama n.º 41, urgente, do cônsul de Portugal em Jacarta, de 14 de Junho de 1967” in “Desenvolvimento de cooperação económica com Timor, 1967”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

²¹⁰ Os portugueses chegaram à Papua Nova Guiné Oriental em 1526. Este território só começou a ser colonizado em meados do século XIX, pelos alemães, a norte, e britânicos, a sul. Em 1902, o governo britânico transferiu o seu protectorado para a Austrália. Após a conclusão da I Guerra Mundial o protectorado alemão foi cedido à Austrália. Durante a II Guerra Mundial foi ocupada pelo Japão. Contudo, após o conflito a Austrália reassumiu o controlo do território (Campos, 1983, p. 202). Entre 1961 e 1963, o primeiro-ministro australiano tentou persuadir Salazar no sentido que ambos os países concedessem simultaneamente autogoverno à Papua Nova Guiné Oriental e ao Timor Português com a intenção de evitar a anexação das duas colónias por parte da Indonésia. Apesar de Salazar ter recusado a sugestão, sucessivos governos australianos, tanto conservadores, como trabalhistas, foram concedendo gradualmente maior autogoverno à Papua Nova Guiné Oriental, que resultou na sua independência em 16 de Setembro de 1975 (Fernandes, 2003, p. 23).

²¹¹ “Ofício n.º POL-B.3/271 do encarregado de negócios de Portugal em Camberra, José Eduardo de Melo Gouveia, de 11 de Agosto de 1967, p. 1” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: geral, 1967-1968”, PAA M. 1161, AHDMNE, Lisboa.

problema das relações de vizinhança, por um lado entre Indonésia e Austrália, designadamente na Nova Guiné, e por outro lado com Portugal, na Ilha de Timor. Na verdade, repetidas vezes o General Kosaih citou as boas relações entre o Timor português e o Timor indonésio”²¹².

O empenho manifestado por Jacarta estava relacionado com o seu objectivo de obter Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) da Austrália, com quem estava, aliás, a negociar “há meses”²¹³. Todo este esforço resultou efectivamente na concessão de APD australiana ao regime de Suharto a partir de 1967/68. Neste ano, o governo australiano concedeu AUD\$6.0 milhões, no ano seguinte AUD\$11.5 milhões e no ano 1969/70 AUD\$15 milhões²¹⁴. A influência da Austrália ia para além da sua doação à Indonésia. O governo australiano integrava o *Inter-Governmental Group on Indonesia* – IGGI (Grupo Intergovernamental sobre a Indonésia – GIGI)²¹⁵ que facultou USD\$200 milhões em 1967/68 e USD\$600 milhões em 1970/71²¹⁶, como se pode confirmar no gráfico 1. Na opinião de Vatikiotis, “[t]he outside world moved quickly to endorse Suharto’s leadership by bankrolling it” (p. 46). Em suma, a atitude de aproximação e cooperação da Indonésia em relação à questão de Timor e a Portugal residia no facto que o regime de Suharto dependia, em parte, do auxílio ocidental para se manter no poder.

²¹² *Ibid.*

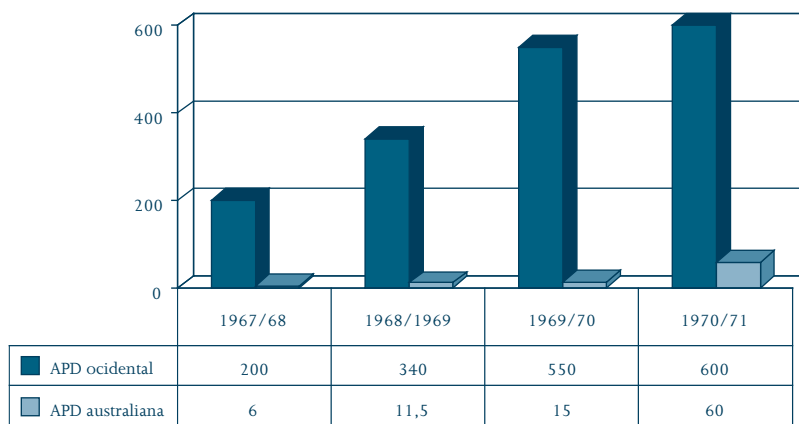
²¹³ *Ibid.*, p. 2.

²¹⁴ “Australian Aid to Indonesia – Decision No. 257, 25 March 1970, p. 6” (<http://naa12.naa.gov.au/scripts/imagines.asp?B=4106105&I=1>, consultado em 1 de Junho de 2005).

²¹⁵ Este grupo foi formalmente constituído, sob instigação dos EUA, por vários países ocidentais e organizações internacionais que se disponibilizaram a conceder empréstimos ao novo regime de Suharto para garantir a sua sobrevivência no poder. Reuniu-se pela primeira vez, em Amesterdão, em Fevereiro de 1967. A delegação indonésia era presidida pelo ministro de Estado da Economia e Finanças, sultão Hamengkubuwono IX (<http://www.realityofaid.org/roareport.php?table=roa2004&id=62>; consultado em 25 de Novembro de 2005). Foi, porém, extinto a pedido do regime de Suharto, em Março de 1992, atendendo a que o governo dos Países Baixos levantava constantemente vários assuntos relacionados com os direitos humanos, nomeadamente a questão de Timor-Leste. O IGGI foi substituído pelo *Consultative Group on Indonesia* (CGI) (Grupo Consultivo sobre a Indonésia) (http://www.country-data.com/frd/cs/indonesia/id_glos.html; consultada em 25 de Novembro de 2005).

²¹⁶ “Australian Aid to Indonesia – Decision No. 257, 25 March 1970, p. 6” (<http://naa12.naa.gov.au/scripts/imagines.asp?B=4106105&I=1>, consultado em 1 de Junho de 2005).

Gráfico 1 – Ajuda ocidental e australiana ao regime de Suharto,
1967/68-1970/71



Fonte: <http://naa12.naa.gov.au/scripts/Imagine.asp>

Entretanto, com o objectivo de avançar o dossiê do crescimento económico, o presidente da Junta de Turismo da Indonésia, tenente-general Subroto Kusmardjo, recebeu o cônsul português para abordar o tema, em 16 de Março de 1968. Atendendo à impossibilidade da companhia de transportes da Indonésia, *Garuda*, de realizar voos para Díli, as autoridades indonésias concordaram que aviões australianos realizassem voos sob pavilhão português no percurso Darwin-Díli-Bali, não sendo necessário fazer escala em Kupang, devido ao pouco interesse turístico da cidade. Neste sentido o tenente-general Subroto Kusmardjo sugeriu que apresentasse uma carta ao novo ministro dos Transportes, Franciscus Xaverius Seda, “com [as] linhas gerais proposta[s,] com conhecimento [do] Conselho [de] Turismo”²¹⁷. Como Bali era muito procurado pelos turistas, a carreira Darwin-Díli-Bali poderia constituir uma “grossa fonte [de] receita[,] justificando talvez mais tarde ou já [a ida a?] Timor dum ou dois aviões da TAP”²¹⁸. Atendendo que Jacarta estava inclinada a sacrificar Kupang, António d’Oliveira Pinto da França sugeriu que parte das receitas provenientes destes voos fossem atribuídas ao governo de NTT.

²¹⁷ “Telegrama n.º 15 do cônsul de Portugal em Jacarta, de 16 de Março de 1968, p. 1” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: carreira aérea Díli-Kupang, 1967/72”, PAA M. 164, AHDMNE.

²¹⁸ *Ibid.*

Com o objectivo de antecipar a iniciativa da junta de turismo em Jacarta, no dia 23 de Julho de 1968 começaram unilateralmente os voos regulares entre Kupang e Bacau e no sentido contrário pela companhia particular indonésia *Zamrud Airlines*²¹⁹, que tinha ligações à *Central Intelligence Agency* dos EUA, e sem autorização prévia, quer da administração portuguesa de Timor, quer do governo central²²⁰.

A nota do *Departemen Luar Negeri* a comunicar que o governo indonésio tinha autorizado a *Zamrud Airlines* a criar a carreira de voos regulares entre Kupang-Díli só surgiu no início de Dezembro de 1968. Embora esta proposta não fosse recebida com grande entusiasmo pelo ministério do Ultramar, Silva Cunha sugeriu que no “bom espírito de convivência manifestado pela Indonésia” fosse aceite. O Palácio das Necessidades pretendeu, contudo, que ficasse assegurado como contrapartida que a carreira portuguesa Díli-Kupang pudesse ser complementada pelo estabelecimento de uma linha que fizesse a ligação ao enclave de Oecusse-Ambeno²²¹. O governador concordou com a sugestão do ministro²²².

Na realidade, só um ano depois é que o governador José Alberty Correia deu uma resposta, alegando para o atraso a ocorrência de um “lapso” não especificado. Para o chefe da administração portuguesa não deveria haver transferência de bazares para o Timor Indonésio, alegando que a Polícia deste país poderia utilizar as novas oportunidades para “criar conflitos de fronteira”. Relativamente à extensão a NTT das carreiras marítimas informou que estas se processavam no “sistema de fretamento”, não se mostrando muito entusiasmado, também, na cooperação neste sector. Finalmente, quanto ao restabelecimento da carreira aérea Kupang-Díli continuava a ser estudada, esperando, contudo, que fosse “levada a bom termo”²²³.

²¹⁹ “Ofício n.º 4348/P-1-4, secreto, do director do gabinete dos Negócios Políticos do ministério do Ultramar, Ângelo dos Santos Ferreira, para o director-geral, interino, dos Negócios Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros, Gonçalo Caldeira Coelho, de 26 de Agosto de 1968” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: carreira aérea Díli-Kupang, 1967/72”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

²²⁰ *Ibid.*

²²¹ “Telegrama do ministro Silva Cunha para o governador José Alberty Correia, de 3 de Dezembro de 1968” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: carreira aérea Díli-Kupang, 1967/72”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

²²² *Ibid.*

²²³ “Ofício n.º 2561/FF-2-10, confidencial, do director do gabinete dos Negócios Políticos, Ângelo dos Santos Ferreira, para o director-geral, interino, dos Negócios Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros, Gonçalo Caldeira Coelho, de 22 de Maio de 1968” in “Desenvolvimento de cooperação económica com Timor, 1967”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

Em Dezembro de 1968, o presidente da *Badan Pertimbangan Penanaman Modal Asing* – BPPMA [Junta Consultiva para o Investimento de Capital Estrangeiro]²²⁴, o professor de economia Moh. Sadli, exortou o cônsul de Portugal em Jacarta, António d'Oliveira Pinto da França, a persuadir o governo português a conceder o estatuto de “porto franco” ao porto de Díli. Para este académico “muito ligado a Suharto, conselheiro [para os] assuntos económicos e membro [do] grupo [de] personalidades [que] definem [as] novas linhas [da] política [de] reabilitação económica nacional”²²⁵, o novo governo indonésio estava empenhado em reduzir a sua “dependência [do] porto e [dos] transportes [de] Singapura”²²⁶. Neste sentido encaravam Timor-Díli como uma potência alternativa a Singapura. A razão era simples, o Timor Português jamais poderia constituir uma “ameaça militar ou concorrência económica podendo[,] portanto[,] vir [a] desempenhar a Oriente [da] Indonésia papel paralelo [que a] Singapura tem a Ocidente”²²⁷. Moh. Sadli interpelou o cônsul português “porque não vai Portugal transformando com vagar Timor-Díli numa pequena Singapura?”²²⁸. Neste âmbito propôs o envio de altos funcionários portugueses à Indonésia para estudarem esta proposta, a criação de empresas mistas luso-indonésias no domínio das comunicações marítimas e de transporte de mercadorias entre as ilhas da parte oriental da Indonésia, para melhorar os transportes na região, e a importação de têxteis portugueses, que passariam pelo porto de Díli e ficariam isentos de taxas alfandegárias, tanto pelos governos portugueses, como pelo indonésio²²⁹.

Na sequência desta proposta, António d'Oliveira Pinto da França apresentou-a à secretária-geral do *Departemen Luar Negeri*, Marzuki, que “se mostrou muito interessada”²³⁰. Entretanto, duas grandes empresas indonésias mostraram-se interessadas em estabelecer sociedades mistas com empresários portugueses, nos sectores das comunicações marítimas e da importação de têxteis. O empresário Soedarpo Sastrosatomo, proprietário da companhia marítima *Samudera Shipping Services*, manifestou

²²⁴ Instituição criada em 1967 pelo general Suharto.

²²⁵ O economista Moh. Sadli foi responsável pela criação do regime ultraliberal de investimentos estrangeiros na Indonésia a partir de 1967.

²²⁶ “Aerograma n.º A-5 do cônsul de Portugal em Jacarta, de 16 de Dezembro de 1968, p. 1” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: visitas – geral, 1967/72”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

²²⁷ *Ibid.*

²²⁸ *Ibid.*

²²⁹ *Ibid.*

²³⁰ *Ibid.*, p. 2.

ao cônsul português grande interesse que empresários portugueses investissem no ramo dos transportes marítimos, propondo que fosse aproveitado o porto de Makassar, concedida isenção alfandegária para as mercadorias em trânsito no porto de Díli, a edificação de boas infra-estruturas portuárias, a existência de um banco de confiança e de boas comunicações telegráficas com o estrangeiro. Os comerciantes portugueses poderiam instalar-se e anteciparem a importação e armazenamento dos bens que previssem ser futuras necessidades da Indonésia. Este empresário disponibilizou-se a passar por Portugal para se encontrar com responsáveis pela Companhia União Fabril (CUF)²³¹.

Para avaliar a exequibilidade destas propostas, António d'Oliveira Pinto da França indagou junto do ministro de Estado da Economia e Finanças, sultão Hamengkubuwono IX, e do ministro dos Transportes, Franciscus Xaverius Seda. “Ambos mostraram interesse”²³². Todavia, enquanto o primeiro partilhava da posição de Moh. Sadli, isto é, da deslocação a Jacarta de empresários portugueses para tratarem dos assuntos inerentes a estes vultuosos projectos, o segundo sugeriu que se comesse primeiro com a criação de companhias mistas a nível provincial, ou seja, entre os governos das duas partes da ilha de Timor, para “dar rápido andamento ao assunto”, evitando a burocracia do governo central da Indonésia²³³.

A despeito de alguns riscos políticos, o cônsul português advogou que estes planos se deveriam concretizar, pois “representaria [a] solução definitiva[,] tanto económica como política[, para o] futuro [da] Província [de] Timor”²³⁴. Argumentou ainda que se deveria aproveitar esta oportunidade para animar um “novo carácter [à] nossa presença, estabelecendo interesse económico indonésio nessa presença superior [ao] interesse político [na] sua eliminação[,] assegurava-se[, talvez[, o] futuro [de] Timor”²³⁵. No fundo propunha que se criasse uma situação análoga à de Hong Kong²³⁶ e de Macau (Fernandes, 2000) em relação à República Popular da China, ou seja, a dependência da potência dominante da presença de pequenos enclaves administrados por potências ocidentais para facilitar a sua interacção com o exterior.

²³¹ *Ibid.*, pp. 2-3.

²³² *Ibid.*, p. 3.

²³³ *Ibid.*

²³⁴ *Ibid.*

²³⁵ *Ibid.*, pp. 3-4.

²³⁶ *Ibid.*, p. 4.

Caso a CUF não se mostrasse interessada talvez fosse de contemplar a oferta de capitais japoneses, apresentada à embaixada de Portugal em Tóquio, para instigar o fomento de Timor. O envolvimento de investidores nipónicos poderia até traduzir-se num “certo apoio político [do] Japão [à] posição portuguesa [em] Timor”, isto é, “resultar [no] reforço [da] soberania portuguesa [em] Timor”²³⁷.

Para facilitar o êxito destas propostas, era imprescindível, porém, proceder a uma “profunda modificação [da] mentalidade dominante [em] Timor[,] caracterizada [pela] desconfiança exacerbada [de] todo [o] estrangeiro[,] especialmente [da] Indonésia[,] seguida [pela] atitude [de] isolamento voluntário”²³⁸.

A posição do cônsul recebeu o apoio político do encarregado do governo de Timor, tenente-coronel Fernando Alves Aldeia²³⁹, cerca de três anos mais tarde. Num circunstanciado relatório enviado ao governo central português, em 21 de Novembro de 1971, sob a “situação em Timor”, o recém-empossado encarregado do governo reconheceu que a colónia era “indefensável” do ponto de vista militar e averbou que era “preciso criar medidas que demonstrem à Indonésia que a nossa presença em Timor no campo económico, lhe oferece vantagens”²⁴⁰.

Com o intuito de reforçar os laços entre Kupang e Díli foi inaugurada a carreira aérea entre as duas cidades, no dia 6 de Junho de 1973. Todavia, enquanto anteriormente a companhia aérea era indonésia, agora era luso-australiana: os Transportes Aéreos de Timor (TAT). De acordo com a PIDE/DGS, “[a] comitiva do voo inaugural foi recebida pelo governador de Kupang, coronel El Tari, acompanhado de várias autoridades indonésias”²⁴¹.

²³⁷ “Aerograma n.º A-5 do cônsul de Portugal em Jacarta, de 16 de Dezembro de 1968, p. 4” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: visitas – geral, 1967/72”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

²³⁸ *Ibid.*

²³⁹ Foi nomeado encarregado do governo de Timor em 23 de Setembro de 1971 (*Boletim Oficial de Timor*, ano 72, n.º 39 [25 de Setembro de 1971], p. 855) e governador em 26 de Fevereiro de 1972 (*Boletim Oficial de Timor*, ano 73, n.º 9 [28 de Fevereiro de 1972], p. 206). Cessou funções em 15 de Julho de 1974, entregando a encarregatura do governo ao comandante militar, tenente-coronel Nívio Herdade (*Boletim Oficial de Timor*, ano 75, n.º 29 [20 de Julho de 1974], p. 551).

²⁴⁰ “Relatório, secreto, sobre a ‘situação em Timor’, de autoria do encarregado do governo, tenente-coronel Fernando Alves Aldeia, de 28 de Novembro de 1971, p. 8” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: geral, 1966/72”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

²⁴¹ “Relatório n.º 6/73 do chefe, interino, da delegação de Timor da PIDE/DGS, subinspector João Roque Rebola, de 30 de Junho de 1973”, PIDE/DGS, “GU-Timor”, SC/CI(2)-DSI-2.ª, Pt. 9, N.T. 8979, fl. 627, IAN/TT, Lisboa.

O empenho indonésio no incremento das relações comerciais contribuiu para que o Fundo de Fomento de Exportação (FFE) encomendasse um estudo sobre o mercado do arquipélago a uma empresa inglesa. Na reunião realizada no dia 31 de Outubro de 1973 entre o autor do trabalho e representantes do FFE e de vários ministérios e institutos públicos portugueses, o primeiro alertou-os reiteradamente para “a corrupção que reina na Indonésia, cujo mercado só estará ao alcance de quem se dispuser a ‘comprar generais e ministros’”²⁴².

A recusa portuguesa em prestar apoio ao movimento de libertação da Papua Nova Guiné

Ocidental A quarta razão que nos permite compreender o comportamento da Indonésia em relação à questão de Timor prende-se com a atitude portuguesa em relação ao movimento de libertação da Papua Nova Guiné Ocidental. A Indonésia estava empenhada em obter este território dos Países Baixos e Portugal, com receio de a antagonizar, nunca se mostrou favorável a apoiar o movimento nacionalista papuano ocidental. Esta atitude enquadrava-se na terceira “coordenada” da política externa portuguesa, ou seja, na postura de “boa vizinhança” (Fragoso, 1966, pp. 7 e 52) com os países limítrofes. Por outras palavras, as autoridades indonésias sabiam que uma atitude de proximidade com o regime português inibia qualquer tentativa dos decisores políticos portugueses se disponibilizarem a prestar apoio político, diplomático, militar, logístico ou financeiro ao movimento nacionalista papuano.

Este comportamento pode-se observar na posição portuguesa em relação às diligências praticadas pelo movimento nacionalista papuano para obter ajuda do governo central português. O “ministro da Defesa” do “governo papuano no exílio”, A. F. Poulus-Obinaru, foi recebido em audiência na embaixada portuguesa em Bruxelas, no dia 6 de Janeiro de 1967²⁴³. Este era portador de uma credencial de apresentação do “presidente” papuano no exílio, Markus W. Kaisiepo. Na reunião entre o “ministro da Defesa” papuano e o conselheiro João Morais da Cunha Matos,

²⁴² “Apontamento, confidencial, de autoria de João Rosa Lã, da repartição da África, Ásia e Oceânia da direcção-geral dos Negócios Económicos do ministério dos Negócios Estrangeiros, de 5 de Novembro de 1973” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: geral, 1973-1975”, PAA M. 1161, AHDMNE, Lisboa.

²⁴³ “Ofício n.º 301, secreto, do encarregado de negócios, interino, de Portugal em Bruxelas, João Morais da Cunha Matos, para o ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, de 21 de Fevereiro de 1967” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: Irião Ocidental, Nova Guiné Ocidental, Papua Ocidental (West Irian), 1967/69”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

o primeiro declarou que pretendiam criar um Estado independente da Indonésia e que o seu “governo” e movimento reunia apoio entre os dirigentes locais da Papua Nova Guiné Oriental²⁴⁴, do Fiji²⁴⁵ e da Samoa²⁴⁶, entre outros Estados da região²⁴⁷.

Revelou que o secretário-geral da ONU não conseguiu persuadir a Indonésia a honrar o compromisso de realizar um plebiscito junto da população e que os chefes de várias regiões da Papua Nova Guiné Ocidental tinham peticionado Jacarta no sentido de concretizar a promessa feita, mas que as autoridades da Indonésia tinham-no rejeitado, ameaçando-os “com promessas de violentas represálias se viesse a ser repetida”. Por outro lado, o golpe de Estado em Jacarta não tinha alterado a situação. Alegou que as forças de segurança da Indonésia já tinham eliminado 87 chefes tradicionais e detidos outros. Apesar de existirem alguns milhares de guerrilheiros, só cerca de 3.000 é que possuíam armas apreendidas nas operações contra as ABRI. A posição do seu “governo” e movimento era negociar e esclarecer a “opinião pública mundial” e não enveredar pela luta armada²⁴⁸.

Com o intuito de consolidar contactos com os chefes tradicionais apresentou um plano do seu governo para infiltrar uma equipa na Papua Nova Guiné Ocidental incumbida de realizar emissões de radiodifusão para todo o mundo sobre o que estava a ocorrer no seu país e transmitir programas para todo o seu território nacional acerca dos seus direitos e da postura que deveriam tomar, como estava preceituado, no acordo de Nova Iorque sobre o futuro estatuto de Papua, de 15 de Agosto de 1962. Para levarem avante este plano necessitavam da colaboração das autoridades portuguesas para permitir a entrada em Portugal da equipa em apreço e o seu transporte secreto para uma base aérea na região por parte da Força Aérea Portuguesa. Dois dias após terem chegado à base aérea seriam transportados

²⁴⁴ Tornou-se independente em 16 de Setembro de 1975, isto é, 11 semanas antes da anexação do Timor Português por parte da Indonésia, em 7 de Dezembro de 1975 (Fernandes, 2003, p. 23; Turner, 1998, p. 1104).

²⁴⁵ O arquipélago das Fiji obteve a sua independência formal do Reino Unido em 10 de Outubro de 1970 (Turner, 1998, p. 526; Campos, 1983, p. 114).

²⁴⁶ A Samoa alcançou a sua independência da Nova Zelândia e da ONU em 1 de Janeiro de 1962 (Turner, 1998, p. 1209; Campos, 1983, p. 220).

²⁴⁷ “Apontamento de conversa, secreto, do conselheiro da embaixada de Portugal em Bruxelas, João Morais da Cunha Matos, de 7 de Janeiro de 1967, p. 1” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: Irião Ocidental, Nova Guiné Ocidental, Papua Ocidental (*West Irian*), 1967/69”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

²⁴⁸ *Ibid.*, pp. 1-2.

secretamente num submarino para se infiltrarem finalmente na Papua. A operação teria início nos Países Baixos no dia 11 de Março de 1967 e a partir do dia 15 seria iniciada a operação na Papua Ocidental²⁴⁹.

Prometeu que após alcançarem a sua independência estavam disponíveis a ir ao encontro de eventuais interesses portugueses para estabelecer bases militares ou ter acesso privilegiado à exploração dos seus consideráveis recursos naturais²⁵⁰. Por outro lado, manifestou interesse em se deslocar a Lisboa se o governo português assim o entendesse²⁵¹.

Em meados de Fevereiro voltaram a contactar a embaixada portuguesa em Bruxelas. Solicitaram novamente a concessão de apoio português à operação em apreço e reiteraram que estariam dispostos a fazer quaisquer concessões a Portugal, quer no domínio militar, quer no da exploração dos recursos naturais. Franco Nogueira recusou, contudo, o pedido de ajuda, mandando-o “arquivar. Não podemos, evidentemente, apoiar qualquer movimento, contra a Indonésia”²⁵², averbando o chefe da diplomacia portuguesa, em 14 de Abril de 1967.

Apesar deste despacho desfavorável, o movimento nacionalista papuano apelou directamente junto do chefe de Estado português. No dia 31 de Julho de 1967, o “presidente” Markus W. Kaisiepo²⁵³, enviou um extenso ofício ao almirante Américo Thomaz, a comunicar que a Indonésia tencionava anexar o seu território e a apelar

²⁴⁹ “Top Secret Document No. 66/RWM/034/01, assinado por A.F. Poulus-Obinaru em nome do presidente Markus W. Kaisiepo, de 2 de Janeiro de 1967” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: Irião Ocidental, Nova Guiné Ocidental, Papua Ocidental (*West Irian*), 1967/69”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

²⁵⁰ Território rico em ouro, cobre, prata, níquel, carvão, madeiras, petróleo e pescas (Lijphart, 1966, pp. 39-40).

²⁵¹ “Top Secret Document No. 66/RWM/034/01, assinado por A.F. Poulus-Obinaru em nome do presidente Markus W. Kaisiepo, de 2 de Janeiro de 1967, p. 2” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: Irião Ocidental, Nova Guiné Ocidental, Papua Ocidental (*West Irian*), 1967/69”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

²⁵² “Ofício n.º 301, secreto, do encarregado de negócios, interino, de Portugal em Bruxelas, João Morais da Cunha Matos, para o ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, de 21 de Fevereiro de 1967” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: Irião Ocidental, Nova Guiné Ocidental, Papua Ocidental (*West Irian*), 1967/69”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

²⁵³ O auto-proclamado “presidente” no exílio da Papua e fundador da *Dewan Tertinggi Perwakilan Rakyat New Guinea Barat / Melanésia* (Tribunal Superior da Câmara dos Representantes da Papua Ocidental / Melanésia), foi membro da Assembleia Legislativa da Nova Guiné Ocidental durante a fase final da colonização holandesa, isto é, entre 1961 e 1962, tendo votado contra a ratificação do acordo de Nova Iorque relativamente ao futuro da Papua. Exilou-se nos Países Baixos em 1962 onde fundou o grupo em apreço (Saltford, 2003, pp. x, 19-20, 96).

ao governo português para apoiar a luta pela independência do seu país e que estaria disposto a conceder bases militares para os três ramos das forças armadas portuguesas e a fazer outras concessões após alcançarem a sua independência²⁵⁴. O secretário-geral da presidência da República, Luís Pereira Coutinho, remeteu o ofício ao chefe de gabinete do ministro dos Negócios Estrangeiros, em 16 de Agosto de 1967²⁵⁵. Franco Nogueira instruiu o director-geral, interino, dos Negócios Políticos, João Hall Themido, a enviar uma cópia do ofício em apreço às missões portuguesas junto da ONU e da OTAN, assim como às embaixadas em Washington, Haia, Paris, Londres e Bruxelas, em 21 de Agosto de 1967²⁵⁶. Desconhece-se, contudo, a resposta portuguesa a este pedido. Provavelmente, foi a de manter o silêncio em torno desta matéria, como tinha recomendado Franco Nogueira, quando a diplomacia portuguesa foi abordada pela primeira vez sobre este tema.

Esperançados em mudar a atitude portuguesa, o “presidente” Markus W. Kaisiepo enviou a Lisboa o seu secretário-geral, A.F. Poulus-Obinaru, com o objectivo de solicitar formalmente facilidades ao governo central português no Timor Português para o trânsito de homens e material de guerra para desencadear uma insurreição armada contra a Indonésia. Este dirigente nacionalista papuano foi recebido em audiência no Palácio das Necessidades por Inácio Rebelo de Andrade, chefe da repartição da África, Ásia e Oceânia da direcção-geral dos Negócios Políticos, no dia 3 de Junho de 1968. Essencialmente apresentou uma cópia da carta aberta do seu presidente ao secretário-geral da ONU, aos governos da Indonésia e dos Países Baixos, assim como a todos Estados-membros da última organização, datada de 28 de Fevereiro de 1968, a apelar à retirada da ABRI da Papua e à sua substituição por forças da ONU e mais quatro princípios que deveriam ser observados antes de se levar a cabo

²⁵⁴ “Ofício n.º 67/RWM/034/01, secreto, do presidente Markus W. Kaisiepo para o presidente da República Portuguesa, de 31 de Julho de 1967” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: M.W. Kaisiepo, dirigente no exílio do povo papua, solicita apoio do Governo Português na luta pela independência daquele território, 1967”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

²⁵⁵ “Ofício n.º 2466/P.º 8, confidencial, do secretário-geral da presidência da República, de 16 de Agosto de 1967” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: M.W. Kaisiepo, dirigente no exílio do povo papua, solicita apoio do Governo Português na luta pela independência daquele território, 1967”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

²⁵⁶ “Instruções insertas de Franco Nogueira, de 21 de Agosto de 1967, no ofício n.º 2466/P.º 8, confidencial, do secretário-geral da presidência da República, de 16 de Agosto de 1967” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: M.W. Kaisiepo, dirigente no exílio do povo papua, solicita apoio do Governo Português na luta pela independência daquele território, 1967”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

a autodeterminação do território, no âmbito do acordo de Nova Iorque para a Papua Ocidental. Por outro lado, solicitou a concessão de “facilidades no Timor Português para o efeito de fazer penetrar homens e material na Papuásia a fim de se promover uma revolta”²⁵⁷. Como contrapartida reiterou a vontade do seu movimento em conceder bases militares a Portugal quando obtivessem a sua independência.

Inácio Rebelo de Andrade respondeu-lhe que “[c]onstituía nosso objectivo e nossa preocupação manter boas relações com a Indonésia, não só por razões de ordem geral como porque não estávamos em condições, como ele compreenderia, de sustentar naquelas paragens uma guerra com a Indonésia. Portanto, independentemente da simpatia que sinceramente sentíamos pelo povo papua, não poderíamos envolver-nos em actividades hostis à Indonésia e que, se descobertas, lhe dariam pretexto para actos que, de outro modo, não passavam de meras hipóteses”²⁵⁸.

Porém, não desistiram. No dia 20 de Agosto de 1968, o “presidente” Markus W. Kaisiepo enviou um ofício a Franco Nogueira a denunciar os crimes praticados pela Indonésia no seu país e sobre a fraude que estava a ser cometida pelo regime de Suharto para convencer o Ocidente a aceitar a sua soberania sobre o território²⁵⁹. Mais uma vez, os responsáveis do ministério dos Negócios Estrangeiros não se mostraram minimamente interessados nesta matéria. O adjunto do director-geral dos Negócios Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros, Augusto Coelho Lopes, mandou “arquivar”²⁶⁰ o ofício em apreço.

Esta atitude por parte dos principais responsáveis portugueses não se generalizou a todos os diplomatas. O cônsul de Portugal em Jacarta, António d’Oliveira Pinto da França, informou o Palácio das Necessidades que “na verdade e segundo informações que tenho colhido não julgo que os papuas conscientes e

²⁵⁷ “Apontamento de conversa, confidencial, de autoria de Inácio Rebelo de Andrade, de 3 de Junho de 1968, p. 3” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: Irião Ocidental, Nova Guiné Ocidental, Papua Ocidental (West Irian), 1967/69”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

²⁵⁸ *Ibid.*, pp. 3-4.

²⁵⁹ “Ofício n.º 68/RWM/049/0I, confidencial, do presidente da Dewan Tertinggi Perwakilan Rakyat Papua Barat, de 20 de Agosto de 1968, p. 1” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: Irião Ocidental, Nova Guiné Ocidental, Papua Ocidental (West Irian), 1967/69”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

²⁶⁰ “Despacho inserto do adjunto do director-geral dos Negócios Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros, de 5 de Setembro de 1968, no ofício n.º 68/RWM/049/0I, confidencial, do presidente da Dewan Tertinggi Perwakilan Rakyat Papua Barat, de 20 de Agosto de 1968, p. 1” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: Irião Ocidental, Nova Guiné Ocidental, Papua Ocidental (West Irian), 1967/69”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

evoluídos estejam interessados na integração na Indonésia que crêem se traduzirá num obscuro e despótico colonialismo. Infelizmente a independência é impossível e por interesses de diversa ordem nem a ONU nem a Holanda estão interessadas em procurar uma solução justa para a Nova Guiné Ocidental”²⁶¹.

Em suma, as autoridades de Lisboa não pretendiam antagonizar Jacarta nesta matéria com receio de hipotéticas represálias indonésias sobre o Timor Português. Provavelmente, o regime de Suharto sabia que uma boa relação política e comercial com o Timor Português acabava por condicionar o comportamento português na região. Por outro lado, a sua conduta relativamente à Papua Nova Guiné Ocidental pairava como que um aviso às autoridades portuguesas sobre o eventual desfecho para Timor-Dili.

Conclusões As relações entre a Indonésia e Portugal, por um lado, e Kupang e Dili, por outro, melhoraram significativamente com a ascensão ao poder de Suharto. Quatro motivos fundamentais contribuíram para esta nova conjuntura. Primeiro, o completo abandono do clima de tensão de política na região por parte do regime de Suharto. Segunda, a matriz anticomunista de ambos os regimes. Terceiro, a primazia dada por Suharto ao fomento económico do país com o propósito de consolidar o seu regime. Quarto, a intransigente recusa portuguesa em conceder apoio político, militar e logístico ao movimento de libertação da Papua Nova Guiné Ocidental. Em síntese, o regime de Suharto adoptou uma atitude de *status quo ante* rompendo com a declaração de Sukarno relativamente ao Timor Português.

Esta conjuntura durou aproximadamente oito anos. Porém, esta alterou-se completamente com a mudança de regime político em Lisboa e o empenho dos seus dirigentes em pôr termo ao império. Os sectores militares e de informações da Indonésia empenharam-se na obtenção do Timor Português. Este comportamento, foi, aliás, facilitado pela experiência granjeada na Papua Nova Guiné Ocidental no decénio anterior, com a convivência das grandes e médias potências ocidentais e da ONU, e pelas atitudes dos governos trabalhistas australiano e britânico e da administração republicana dos EUA, que deram o seu beneplácito à invasão e anexação do Timor Português, em 7 de Dezembro de 1975. **NE**

²⁶¹ “Ofício n.º 69DPA/114 do cônsul geral de Portugal em Jacarta, de 16 de Abril de 1969” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: Irião Ocidental, Nova Guiné Ocidental, Papua Ocidental (West Irian), 1967/69”, PAA M. 1164, AHDMNE, Lisboa.

REFERÊNCIAS

- Campinos, Jorge (1977), *O Ministro dos Negócios Estrangeiros: Estudo de Direito Internacional Público e de Direito Constitucional Comparado*, Lisboa, Moraes Editores.
- Campos, Altair L. (1983), *Guia do Terceiro Mundo*, Lisboa, Tricontinental Editora.
- Cardoso, Tomás Bettencourt, coord., (1999), *Textos de D. Jaime Garcia Goulart: Bispo de Díli-Timor, 1945-1967*, Macau, Fundação Macau.
- Carvalho, Henrique Martins de (1969?), “Política externa portuguesa no Oriente”, *As Províncias do Oriente: Curso de Extensão Universitária Ano Lectivo de 1966-1967*, 2.º volume, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina da Universidade Técnica de Lisboa, pp. 159-169.
- _____ (1964), *Política Externa Portuguesa*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.
- Correia, José Alberty (1994), “Depoimento” in *Os Últimos Governadores do Império*, Paradelas de Abreu, coord., Lisboa, Edições Neptuno, pp. 313-336.
- Cribb, Robert B., ed., (1990), *The Indonesian Killings of 1965-1966: Studies from Java and Bali*, Clayton, Victoria, Austrália, Centre of Southeast Asian Studies, Monash University.
- Cruzeiro, Maria Manuela (1998), *Costa Gomes: O Último Marechal*, 3.ª edição, Lisboa, Editorial Notícias.
- Crystello, J. Chrys (1999), *Timor-Leste: O Dossier Secreto, 1973-1975*, Matosinhos, Contemporânea Editora.
- Cunha, Silva (1977), *O Ultramar, a Nação e o “25 de Abril”*, Coimbra, Atlântida Editora.
- Duarte, Jorge Barros (1981), *Ainda Timor*, Lisboa, GATIMOR – Gabinete dos Estudos de Timor.
- Dunn, James (1983), *Timor: A People Betrayed*, Milton, Queensland, Austrália, The Jacaranda Press.
- Fernandes, Moisés Silva (2005a), “A União da República de Timor: O atrofico movimento nacionalista islâmico-malaio timorense, 1960-1975”, *Ensaio Sobre Nacionalismos em Timor-Leste*, Armando Marques Guedes e Nuno Canas Mendes, eds., Lisboa, Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pp. 355-431.
- _____ (2005b) “O processo de descolonização do Timor Português nos Arquivos Portugueses, 1974-1975”, *IV Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica:*

Comunicações, Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo (edição em CD-ROM), pp. 14.

_____ (2005c), “A política da Indonésia em relação ao Timor Português, 1960-1963: Um caso de irredentismo contido?”, *Daxiyangguo: Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos*, n.º 7 (1.º semestre), pp. 109-149.

_____ (2003), “Timor nas relações luso-australianas: as diligências de Menzies junto de Salazar para conceder autogoverno a Timor, 1961-1964 / Timor in Luso-Australian Relations: Menzies’ Efforts to Persuade Salazar to Grant Timor Self-Rule, 1961-1964”, *Oriente [Lisboa]*, n.º 5 (Abril), pp. 16-24 (versões portuguesa e inglesa).

_____ (2001), “A ruptura de 1965 entre Jacarta e Lisboa”, *História [Lisboa]*, 3.ª série, ano 23, n.º 33 (Fevereiro), pp. 30-37.

_____ (2000), “Portugal, Macau e a China – confluência de interesses”, *História*, ano 22, n.º 21 (Janeiro), pp. 56-67.

Fragoso, José Manuel (1966), *Coordenadas da Política Externa*, Lisboa, Edições Panorama.

França, António d’Oliveira Pinto da (1972), *Anatomia duma Independência e Particularidades duma Vizinhança*, AHDMNE, Lisboa.

Garcia, João Pedro (2003), “O Serviço Internacional da Fundação Calouste Gulbenkian e a reabilitação do património arquitectónico português em países estrangeiros”, *Negócios Estrangeiros [Lisboa]*, n.º 6 (Dezembro), pp. 73-77.

Hanna, Willard A. (1966), “Reanimated Relic – Part I: Target Timor”, *American Universities Field Staff (AUFS) Reports: Southeast Asia Series*, vol. 14, n.º 7, pp. 1-22.

Horta, José Ramos (1994), *Timor-Leste: Amanhã em Díli*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

Houaiss, Antônio (2003), *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*, tomo III, Lisboa, Círculo de Leitores.

Lijphart, Arend (1966), *The Trauma of Decolonization: The Dutch and West New Guinea*, New Haven, CT, Yale University Press.

Mozingo, David (1976), *Chinese Policy Toward Indonesia, 1949-1967*, Ithaca, Nova Iorque, Cornell University Press.

Nogueira, Franco (1985), *Salazar – O Último Combate, 1964-1970*, vol. 6, Porto, Livraria Civilização Editora.

_____ (1987 [1986]), *Um Político Confessa-se: Diário, 1960-1968*, Porto, Livraria Civilização Editora.

Pires, Valente (1994) “Depoimento” in *Os Últimos Governadores do Império*, Paradelas de Abreu, coord., Lisboa, Edições Neptuno, pp. 337-350.

Portugal, Ministério dos Negócios Estrangeiros (1979), *Anuário Diplomático e Consular Português Referido a 31 de Março de 1979*, Lisboa, Tip. Henry Gris.

_____, *Anuário Estatístico [Referente a] 1970: Províncias Ultramarinas*, vol. 2, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.

Rüland, Jürgen (2001), “Indonesia” in *Elections in Asia and the Pacific – A Data Handbook: Vol. II – South East Asia, East Asia and the South Pacific*, Dieter Nohlen, Florian Grotz e Christof Hartman, eds., Oxford, Oxford University Press.

Salmore, Barbara G. e Stephen A. Salmore (1978), “Political Regimes and Foreign Policy”, *Why Nations Act: Theoretical Perspectives for Comparative Foreign Policy Studies*, Maurice A. East, et al., eds., Londres, Sage Publications, pp. 103-142.

Saltford, John (2003), *The United Nations and the Indonesian Takeover of West Papua, 1962-1969: The Anatomy of Betrayal*, Londres, RoutledgeCurzon.

Schwarz, Adam (1999), *A Nation in Waiting: Indonesia's Search for Stability*, St. Leonards, NSW, Allen & Unwin.

Shultz, Richard H. e Roy Godson (1986 [1984]), *Dezinformatsia: Active Measures in Soviet Strategy*, Nova Iorque, Berkley Books.

Simões, Francisco Maria Rocha (1968?), “Importância militar das províncias do Oriente”, *As Províncias do Oriente: Curso de Extensão Universitária Ano Lectivo de 1966-1967*, 1.º volume, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina da Universidade Técnica de Lisboa, pp. 345-371.

Sukma, Rizal (1997), “Indonesia's Bebas-Aktif Foreign Policy and the ‘Security Agreement with Australia’”, *Australian Journal of International Affairs*, vol. 51, n.º 2 (Julho), pp. 231-241.

Suryadinata, Leo (1996), *Indonesia's Foreign Policy Under Suharto: Aspiring to International Leadership*, Singapura, Times Academic Press.

Turner, Barry (1998), *The Statesman's Yearbook: The Essential Political and Economic Guide to All the Countries of the World, 1998-1999*, Londres, Macmillan.

Vatikiotis, Michael R.J. (1998 [1993]), *Indonesian Politics Under Suharto: Order, Development and Pressure for Change*, Londres, Routledge.

Way, Wendy, ed., (2000), *Australia and the Indonesian Incorporation of Portuguese Timor, 1974-1976*, Melbourne, NSW, Austrália, Melbourne University Press.

Weatherbee, Donald E. (1966), "Portuguese Timor: An Indonesian Dilemma", *Asian Survey*, vol. 6, n.º 12 (Dezembro), pp. 683-695.

Weinstein, Franklin B. (1976), *Indonesian Foreign Policy and the Dilemma of Dependence: From Sukarno to Suharto*, Ithaca, NY, Cornell University Press.